

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

MARILENE ALMEIDA GOMES MACHADO

**A INFLUÊNCIA DOS CONFLITOS CONJUGAIS NO PROCESSO DE
ENSINO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA NAS SÉRIES INICIAIS**

**SÃO MATEUS-ES
2020**

MARILENE ALMEIDA GOMES MACHADO

A INFLUÊNCIA DOS CONFLITOS CONJUGAIS NO PROCESSO DE
ENSINO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA NAS SÉRIES INICIAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Teles Moura

SÃO MATEUS-ES
2020

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

M149i

Machado, Marilene Almeida Gomes.

A influência dos conflitos conjugais no processo de ensino e aprendizagem da criança nas séries iniciais / Marilene Almeida Gomes Machado – São Mateus - ES, 2020.

82 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2020.

Orientação: prof^a. Dr^a. Luciana Teles Moura.

1. Conflitos conjugais. 2. Ensino e aprendizagem. 3. Mediação.
4. Filhos de pais separados I. Moura, Luciana Teles. II. Título.

CDD: 370.153

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

MARILENE ALMEIDA GOMES MACHADO

**A INFLUÊNCIA DOS CONFLITOS CONJUGAIS NO PROCESSO
DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA NAS SÉRIES
INICIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração Ciência, Tecnologia e Educação.

Aprovada em 08 de maio de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA



Profa. Dra. Luciana Teles Moura
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientadora



Prof. Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Profa. Dra. Josete Pertel
Faculdade Multivix São Mateus

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação aos professores de alunos que apresentam traumas após conflitos e separação dos pais, que se sentem desafiados para buscar novas estratégias de ensino a fim de garantir também a esses estudantes o direito a um ensino de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me deu o sopro da vida, que me capacitou em todos os momentos com coragem e garra para alcançar meus sonhos.

Aos meus familiares, por me apoiarem constantemente nessa trajetória, que não foi nada fácil. Às minhas amadas filhas, Daíze, Dayenne e Dayara, que me deram o suporte necessário para continuar e chegar até aqui. Vocês também fazem parte desse projeto!

Ao meu amigo e companheiro de todas as horas, Beto, por tanto amor, apoio e compreensão incondicionais. Essa conquista é nossa!

À minha orientadora, professora e doutora, Luciana Teles de Moura, por me auxiliar em cada passo na construção desta pesquisa.

Agradeço também aos funcionários das bibliotecas da Faculdade de Vale do Cricaré, que foram sempre educados e prestativos, me atendendo muito bem.

À Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy, pela bolsa de estudos concedida para a realização desse Mestrado.

Aos meus amigos, colegas de trabalho e colegas de estudo que estiveram junto comigo na luta por essa conquista

A todos que colaboraram, direta e indiretamente, com meu projeto, tornando possível a realização dessa pesquisa. Manifesto aqui meus sinceros e reconhecidos agradecimentos a todos vocês!

“Quando se sonha sozinho é apenas um sonho.
Quando se sonha junto é o começo da realidade”.

Dom Quixote

RESUMO

MACHADO, MARILENE ALMEIDA GOMES. **A influência dos conflitos conjugais no processo de ensino e aprendizagem da criança nas séries iniciais**. 2020. 82f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Vale do Cricaré, 2020.

Este estudo visou apresentar discussões sobre como os conflitos conjugais podem influenciar no processo de ensino e aprendizagem da criança que está nas séries iniciais, considerando que a maioria das famílias, em algum momento das trajetórias delas, vivencia situações conflituosas, seja nas relações conjugais, parentais ou entre irmãos. Para isso, foi realizada uma análise documental cujo campo de coleta de dados abrange uma escola pública do Ensino Fundamental I e II da rede municipal de Presidente Kennedy (ES). Como sujeitos desta dissertação foram pesquisados professores de alunos do 3º ao 5º ano e a aplicação de questionários foi feita com nove (9) educadores desse público-alvo, o que oportunizou perceber que alguns alunos apresentam comportamentos inadequados, além de chegarem, em alguns casos, até a reprovação. Com base nas respostas obtidas, viu-se a necessidade de buscar estratégias pedagógicas mais eficazes para o desenvolvimento de uma ação mais dinâmica. Dessa forma, pretende-se auxiliar os professores a conciliarem teoria e prática com os alunos que evidenciam dificuldades de aprendizagem nos conteúdos trabalhados. Além disso, para ampliar a possibilidade de vivenciar ações voltadas às características individuais desses alunos, em função da associação entre o conflito conjugal e o comportamento das crianças, promover a mediação e, conseqüentemente, repensar a prática pedagógica em sala de aula. Visando atender melhor aos alunos e as possibilidades de aprendizagem deles, como produto final desta dissertação foi elaborado um guia didático com sugestões de orientações para auxiliar os professores desses alunos com pais em conflitos familiares.

Palavras-chave: Conflitos conjugais. Ensino e aprendizagem. Mediação. Filhos de pais separados.

ABSTRACT

MACHADO, MARILENE ALMEIDA GOMES. **The influence of marital conflicts on the child's teaching and learning process in the early grades.** 2020. 82f. Dissertation (Master's Degree) - Vale do Cricaré College, 2020.

This study aimed to present discussions about how marital conflicts can influence the teaching and learning process of children in the early grades, considering that most families, at some point in their trajectories, experience conflicting situations, whether in marital or parental relationships, or between brothers. For this, a documentary analysis was carried out whose field of data collection covers a public school of Elementary School I and II of the municipal network of Presidente Kennedy (ES). As subjects of this dissertation, teachers of students from the 3rd to the 5th year were researched and questionnaires were applied to nine (9) educators from this target audience, which made it possible to realize that some students show inappropriate behaviors, in addition to arriving, in some cases, until disapproval. Based on the responses obtained, there was a need to seek more effective pedagogical strategies for the development of a more dynamic action. Thus, it is intended to assist teachers to reconcile theory and practice with students who show learning difficulties in the content worked on. In addition, to expand the possibility of experiencing actions aimed at the individual characteristics of these students, due to the association between marital conflict and children's behavior, promote mediation and, consequently, rethink the pedagogical practice in the classroom. In order to better serve students and their learning possibilities, as a final product of this dissertation, a didactic guide was elaborated with suggestions for guidelines to help teachers of these students with parents in family conflicts.

Keywords: Marital conflicts. Teaching and learning. Mediation. Children of separated parents.

LISTA DOS GRÁFICOS

Gráfico 1 - Resultado da reprovação das turmas do 3º ao 5º ano	45
Gráfico 2 - Problemas de conflitos	47
Gráfico 3 - Grau de formação dos professores	50
Gráfico 4 - Tempo de serviço	51
Gráfico 5 - Tempo de atuação na escola em que a pesquisa foi realizada	51
Gráfico 6 - Problemas enfrentados com os alunos	54

LISTA DE SIGLAS

CC	Código Civil
CF	Constituição Federal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
MEC	Ministério da Educação
PNE	Plano Nacional da Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEME	Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 TRANSFORMAÇÕES DA ESTRUTURA FAMILIAR	17
2.2 A QUESTÃO DA SEPARAÇÃO DOS PAIS NA APRENDIZAGEM DOS FILHOS.....	26
3 PERCURSO METODOLÓGICO	40
3.1 PRODUTO DA PESQUISA.....	43
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS	44
4.1 PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	44
4.2 RESULTADOS DA ANÁLISE DOCUMENTAL	45
4.3 RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	66
APÊNDICES	72
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES DOS ALUNOS REPROVADOS NAS SÉRIES INICIAIS	73
APÊNDICE B – GUIA DIDÁTICO PARA PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL	75
ANEXOS	80
ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DE PRESIDENTE KENNEDY	81
ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DA DIRETORA DA ESOLA EM QUE A PESQUISA FOI REALIZADA	82

1 INTRODUÇÃO

Chegou-se ao século XXI e a família contemporânea passa por mudanças nas diversas dimensões. E hoje constitui um desafio às investigações de pesquisas, em virtude de que está entre as que mais têm causado polêmica, ao longo dos tempos, pois para uns ela ainda é uma instituição relacionada ao conservadorismo. Para outros ela é um recurso para a pessoa e para a sociedade, por inserir o indivíduo em processos fundamentais da constituição da identidade.

Santana (2015, p. 4) afirma que

O século XXI trouxe em seu bojo significativas mudanças na instituição familiar, visto que desde os tempos greco-romanos à concepção que se tinha era de que o “pater famílias” conhecido como poder familiar era uma prática exclusiva do homem e a mulher por sua vez era criada para desempenhar as obrigações de casa. Já o relacionamento entre pais e filhos foi marcado pelo poder do chefe que se valia de violência no tratamento com estes.

Porém, fica evidente o papel central da família em processos humanos, como a formação dos vínculos afetivos entre seus membros: pais, irmãos, avós, tios e outros.

Esta dissertação buscou realizar um panorama sobre a influência dos conflitos conjugais no processo de ensino e aprendizagem da criança nas séries iniciais, pois se está vivendo diante de uma realidade em que a influência do ambiente familiar pode afetar o aprendizado escolar dos filhos. Mas, não se deve atribuir a ela toda a carga de responsabilidade pelo desempenho do processo de ensino e aprendizagem do aluno.

Feijó (2017, p. 14) aborda que “[...] o termo conflito é utilizado para tratar de impasses entre pessoas ou grupos, [...] que podem afetar as relações familiares”.

Compreende-se que a família é um dos fatores essenciais no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem das crianças. De acordo com Souza (2015, p. 13), “uma separação modifica substancialmente a vida das crianças, principalmente se ela ocorre de maneira conflituosa e traumática”.

Neste contexto atual, depara-se com os divórcios, problemas e conflitos conjugais que precisam ser trabalhados pelo casal para que não afete as crianças. Vive-se em uma sociedade moderna que educa as pessoas para exigir o máximo da vida e que não aceita os limites de uma relação com o outro. No entanto, em uma

separação, os sentimentos de perda são muito grandes, principalmente quando há filhos.

Sabe-se que, independente da estrutura familiar ou da forma como vem se estruturando, a família é indispensável para garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos, pois é nela que se propicia a construção dos laços afetivos e a satisfação das necessidades no desenvolvimento dos filhos. Ela desempenha um papel decisivo na sua socialização, na sua educação, além de serem absorvidos os primeiros saberes e aprofundamentos dos vínculos humanos.

Neste contexto, surgiu a necessidade de se pesquisar o seguinte problema de investigação: Quais as implicações dos conflitos conjugais no processo de ensino e aprendizagem dos alunos?

O objetivo geral foi verificar quais os fatores decorrentes de conflitos conjugais dos pais têm interferido na aprendizagem das crianças. Para alcançá-lo, teve-se os seguintes objetivos específicos: identificar o que os conflitos conjugais causam nas crianças; analisar como os conflitos familiares têm afetado as crianças no processo de ensino e aprendizagem; e elaborar sugestões de ações práticas que contribuam de forma significativa no processo de ensino e aprendizagem.

O público-alvo foi formado por professores de turmas do 3º ao 5º ano, que possuem alunos que são filhos de pais divorciados (ou em processo de separação) e que apresentam dificuldades de aprendizagem e/ou problemas comportamentais em sala de aula e, em virtude disso, ficaram reprovados no ano letivo de 2019.

Dessa forma, esta dissertação tem como produto final um guia didático (APÊNDICE B) elaborado com sugestões de ações práticas que possam contribuir de forma significativa, auxiliando os profissionais de educação que lidam com alunos que tem pais separados, em situação de conflitos familiares ou vivenciando situação de divórcio. Assim, espera-se ajudar no processo de ensino e aprendizagem dessas crianças, primando amenizar as dificuldades enfrentadas pelos educadores e também pelos alunos na escola. O mesmo será oferecido para os professores.

Esta pesquisa se justifica pelo fato de que os adultos afetados por brigas e discussões que muitas vezes envolvem uma separação (seja esse divórcio judicial ou não), podem acabar interferindo e prejudicando o desempenho dos próprios filhos. Vale destacar que as crianças precisam de paz e tranquilidade para produzir, assimilar conteúdos e conhecimentos e conseguirem se desenvolver no processo de ensino e

aprendizagem na escola. E os professores, por sua vez, precisam desenvolver o trabalho deles com segurança e prontidão.

Segundo Polonia (2015, p. 2), “entretanto, hoje, parece haver grandes discrepâncias entre os valores familiares e escolares, produzindo certa insatisfação em ambos os contextos, o que, por sua vez, pode desestimular a participação e o envolvimento dos pais na escola”.

Diante do cenário exposto, esta dissertação encontra-se organizada da seguinte forma: o capítulo 1 apresenta a introdução em que retrata a temática da pesquisa com um breve histórico da família e a influência dos conflitos conjugais no processo de ensino e aprendizagem.

O capítulo 2 enfatiza todo referencial teórico que fundamenta a pesquisa, partindo da temática família, permeando pela aprendizagem escolar e refletindo sobre os conflitos familiares e as possíveis consequências deles. Para isso, foi necessário fundamentar-se em teóricos com obras a partir de 2014 até 2019, dentre eles Abreu (2017 e 2019); Carvalho (2017); Costa (2010) e outros, pesquisando e refletindo a necessidade e a importância da relação escola e família, com buscas de intervenções como elo, visando propiciar uma aprendizagem significativa na educação do aluno.

Dando continuidade, o capítulo 3 apresenta a metodologia da pesquisa com suas descrições e justificativa, em ordem sequencial, enfatizando os procedimentos metodológicos aplicados em todas as etapas da investigação, que formaram o estudo documental realizado mediante a consulta de várias fontes e o questionário aplicado aos professores das referidas turmas, o que permitiu delinear todo o estudo realizado.

O quarto capítulo aborda a apresentação e a análise dos resultados dos instrumentos aplicados, apresentando os resultados da análise documental e das análises estatísticas com a produção dos gráficos elaborados com base nos questionários aplicados aos professores e que ilustram os resultados encontrados.

Finalizando, está o capítulo 5 com as considerações finais abordando uma síntese dos elementos constantes sobre as problemáticas dos alunos de pais em conflitos conjugais ou em situação de divórcio dos pais e a influência dos mesmos no processo de ensino e aprendizagem das crianças unindo as ideias.

Espera-se, a partir dessa pesquisa, contribuir efetivamente com os professores para que esses profissionais possam refletir sobre a situação dos alunos que passam por conflitos decorrentes de divórcio ou separação dos pais e/ou responsáveis. E, com

isso, que esses educadores tenham condições de melhorar as ações em suas práticas pedagógicas, tornando a atuação deles mais adequada a fim de vislumbrar a transposição de dificuldades vivenciadas. Assim, fechando as questões apresentadas e indicando sugestões para continuidade desta pesquisa, visando melhorar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TRANSFORMAÇÕES DA ESTRUTURA FAMILIAR

A família no Brasil tem toda uma trajetória com períodos distintos, relacionados com o contexto sociocultural e econômico de cada época. É preciso lembrar, antes de mais nada, que o Brasil Colônia foi um período marcado pela escravidão, pela produção rural às exportações, que tinha como modelo uma família patriarcal, extensa, em que grande parte o casamento era baseado em interesses econômicos, e no qual o homem era o único provedor e a mulher era destinada exclusivamente à geração e à educação dos filhos, bem como aos afazeres domésticos. E as famílias eram extensas, com muitos descendentes.

Marques (2019, p. 14) afirma que

A família que antes era baseada no poder patriarcal, agora é constituída pela afeição entre seus membros. Com a constituição de 1988, os pais se tornaram responsáveis não só pelo custeamento econômico e educacional de seus filhos, mas também pelo afeto e carinho. Pois a família é à base da sociedade em que vivemos, e o afeto a base da nova família.

Porém, é válido destacar que nas últimas três décadas, grandes alterações ocorreram na evolução da vida em sociedade e na divisão de papéis entre o homem e a mulher. Alguns autores e pesquisadores ressaltam que nesse período ambos já não estavam mais recebendo uma educação formal tão diferenciada, já que a mulher começou, aos poucos, a ocupar espaços que antes eram permitidos somente para o homem. Com isso, se garantiu uma posição diferente no mundo.

Nesse sentido, Gomes (2017, p. 5) aborda que no século XVIII

As famílias eram formadas não por escolha dos cônjuges, mas por acordos benéficos aos pais da moça e do rapaz. Dentro desse contexto a mulher era apenas uma peça a ser negociada para fechar o acordo, ela precisaria cumprir com os afazeres do lar sendo uma boa esposa. Era também papel da mulher na antiguidade manter uma boa imagem da sua família e esposo.

O autor também explana que no decorrer dos anos, teve-se toda uma trajetória. Afinal,

A partir do século XIX inicia-se a discussão de gêneros na construção social e identitária dos papéis masculinos e femininos. A mulher começou a ter suas primeiras conquistas, como a inserção no mercado de trabalho, mas exercendo funções inferiores. Frente a isso veio o feminismo, onde as mulheres aliadas ao movimento operário buscavam de melhorias trabalhistas. Na metade desse mesmo século a mulher teve acesso às primeiras instituições destinadas a educá-las, mas ainda uma educação primária. Educação forjada em conteúdos morais e quanto a sua postura social, como mãe e esposa. Só então a partir do século XX a mulher teve então acesso ao ensino secundário e ensino superior. Na formação de sua identidade após anos de luta a mulher conseguiu o direito de votar, e também de ser eleita (GOMES, 2017, p. 7).

Diante desse cenário, estudiosos ressaltam que desde as últimas décadas do século XIX, identificou-se um novo modelo de família nuclear burguesa, originário da Europa, constituída por pai, mãe e poucos filhos, em que o homem continuou detentor da autoridade, mas a mulher passou a assumir uma nova posição.

Nota-se que nos últimos 20 anos, várias mudanças relacionadas ao processo de globalização ocorreram no plano socioeconômico e cultural, interferindo na dinâmica e na estrutura familiar, estimulando alterações no padrão tradicional de organização da mesma. Conforme discorre Santos (2013), com a Revolução Industrial, a interferência nas configurações familiares passa por grandes mudanças. Depois da Segunda Guerra Mundial, houve um aumento na mão de obra feminina devido à ausência masculina no mercado de trabalho.

Sabe-se que houve transformações da estrutura familiar na cultura ocidental moderna, com mudanças históricas desde a época pré-moderna até os dias de hoje. Alguns autores ressaltam que

Desde o século XVI até os dias atuais, a noção de família vem sofrendo importantes modificações em sua forma e em sua estrutura, assim como nas funções de cada um de seus membros, numa sutil correspondência com as transformações que propiciaram as condições de emergência da sociedade moderna e as de seu declínio (FELIPPIE; ITAQUI, 2015, p. 7).

Apesar das modificações nítidas no atual perfil da família, ela continua sendo um importante núcleo de crescimento e aprendizado para os adultos e também para as crianças. Assim, buscou-se refletir questões como, por exemplo: Como os conflitos pessoais decorrentes do divórcio dos pais podem influenciar no processo de ensino e aprendizagem das crianças? Como a estrutura familiar atual interfere na educação escolar dos filhos? Os conflitos conjugais interferem na aprendizagem escolar? Como a escola pode auxiliar neste contexto?

Para Cabral *et al.* (2015, p. 12), os

Conflitos são inerentes às relações humanas, principalmente no ambiente familiar, que é o local onde a pessoa se forma e se desenvolve. Atualmente um desajuste emocional está instalado no meio familiar, e no momento de um divórcio, de uma separação, de uma partilha ou de qualquer tipo de conflito as diferenças se evidenciam, pais e filhos têm sido destruídos pelos desgastes de um processo judicial, sem dizer de traumas que refletem em toda sociedade. Nesse contexto surge a necessidade da composição desses conflitos.

Percebe-se que a estrutura e o funcionamento familiar vêm se modificando ao longo do tempo neste século XXI e, por vezes, o contexto sociocultural é um parâmetro indispensável para compreender o que se passa com a família.

Fatores sociais como conflitos conjugais, desemprego, corrupção e violência atingem todos os setores da sociedade, principalmente a família, que diversas vezes tem tão pouco tempo para estar reunida ou encontra-se só para enfrentar essas desordens. Em muitos casos, esse núcleo familiar pode não estar nem preparado para enfrentar todos esses agravantes. Sobre esse aspecto, Christiano e Nunes (2013, p. 34) afirmam que

Na sociedade contemporânea encontram-se diversos arranjos familiares, o que conduz a seguinte reflexão de que hoje não é possível considerar apenas um modelo familiar existente na sociedade. Transformações ocorreram como: divórcio, os métodos contraceptivos, o crescimento das indústrias, a entrada da mulher no mercado de trabalho, entre outras tantas mudanças que trouxeram para a família alterações, sendo estas responsáveis pela diversidade de tipos familiares. Deve-se ressaltar que a família não se encontra enfraquecida, pelo contrário, ela vem deixando de ser apenas um único modelo para transformar-se em outros modelos familiares.

A família dos moldes patriarcais tinha a reprodução como missão e as crianças eram, inicialmente, socializadas por mães e professoras, de quem recebiam os primeiros aprendizados. Carvalho (2018, p. 5) descreve:

O que se pode concluir com este trabalho é que existem hoje em dia muitos tipos de famílias e que esta instituição atual em nada se parece com o modelo patriarcal, pois até aquelas semelhantes na formação são bem diferentes no modelo de educação, mas nem por isso se desviou os deveres que a família tem em relação à educação, provimento do sustento, condições de vida dignas e de respeito perante o indivíduo que a forma. A formação familiar é diversificada sim, mas nem de longe pode ser negligente ou empurrar essas responsabilidades para as instituições educacionais, o que pode ser feito é em parcerias com a mesma, ambas tomem atitudes que façam com que o crescimento do indivíduo e sua inserção na sociedade sejam saudáveis.

Contudo, esta família passou por um longo e gradativo processo de dissociação relacionado com o desenvolvimento do individualismo do século XIX, inculcando na cabeça dos indivíduos uma nova ideia de felicidade, que consistia na síntese do seguinte pensamento: ser gente mesmo, escolher sua atividade, sua profissão, seus amores, sua vida.

Sob essa perspectiva, as autoras Felippi e Itaqui (2015, p. 7) defendem que

Devemos considerar também que muitas famílias não são constituídas através de laços matrimoniais formais, mas por união consensual, fato este já reconhecido na Constituição de 1988, que ampliou o conceito de família para incluir entidades familiares constituídas por pais, casados ou não, e seus filhos, em convivência estável. A nova constituição reconheceu também como entidade familiar qualquer comunidade formada tanto pelo pai ou pela mãe e seus descendentes.

Outro ponto relevante que deve ser considerado é que existe toda uma trajetória do casamento civil, que foi instituído no Brasil pelo Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890, logo após a Proclamação da República, datando a secularização do instituto.

E,

[...] por contínua influência do Direito Canônico, esse diploma normativo continuava a consagrar a indissolubilidade do vínculo matrimonial civil, a exemplo do religioso¹, pelo que só se concedia, no caso de falência da sociedade conjugal, o chamado divórcio a *thoroet mens*²: modalidade de divórcio canônico que não importava em quebra do vínculo (GUIMARÃES, 2005, p. 22).

O Código Civil, lei nº 10406/02, no seu Capítulo V, aborda em seus artigos que em relação à “guarda” da criança é exercida em conjunto por seus pais, o seguinte:

Art.1630 – Os filhos estão sujeitos ao poder familiar, enquanto menores.

Art.1631 – Durante o casamento e a união estável, compete o poder familiar aos pais; na falta ou impedimento de um deles, o outro o exercerá com exclusividade.

Isto significa que o antigo “pátrio poder” é interpretado hoje como “poder familiar”, em que a responsabilidade é dividida entre os pais, e só cessa com a

1 Art. 93 do Decreto nº 181, de 21 de janeiro de 1890 (na redação original da época): “O casamento válido só se dissolve pela morte de um dos cônjuges, e neste caso proceder-se-á a respeito dos filhos e dos bens do casal na conformidade do direito civil”.

2 Art. 88: “O divórcio não dissolve o vínculo conjugal, mas autoriza a separação indefinida dos corpos e faz cassar o regime dos bens, como se o casamento fosse dissolvido”.

separação. Caso isso ocorra, passará a ser exercido exclusivamente por quem tiver a guarda judicial do menor, nesse caso chamada de “guarda unilateral”.

Como a união estável é hoje reconhecida em condições de equivalência com o casamento legítimo, não há grandes problemas enquanto os pais estiverem juntos. O advogado Gontijo (1980, p. 61) afirma que “união estável” é quando o

[...] homem e a mulher que não estão vinculados a outra pessoa por vínculo de sociedade conjugal e que aparecem na comunidade como se casados fossem, numa comunhão de objetivos que evidenciam pretender duradoura, e constituindo-se numa família de fato que convive emparelhada na sociedade com as famílias matrimoniadas, sem qualquer discriminação.

Vale ressaltar que as únicas fontes legislativas históricas acerca do destino que o Estado estabelecia para os filhos menores em relação aos pais estiveram restritas aos chamados filhos legítimos, assim entendidos por aqueles que nasciam de relações sexuais estabelecidas entre os pais, dentro do casamento válido. Afinal,

[...] as demais formas de uniões entre homens e mulheres eram ignoradas pela lei, quando não punidas, punição essa que se estendia à pessoa dos filhos, reputados ilegítimos e, nessa ilegitimidade, injusta e preconceituosa, divididos em naturais, adulterinos e incestuosos (LÔBO, 2009, p. 45).

Alguns pesquisadores e articulistas definem que a família é o berço da cultura, a base da sociedade futura, o centro da vida social, a matriz do desenvolvimento da personalidade e do caráter das crianças.

Soares (acesso em 18 jan. 2020) destaca que

A família desempenha um papel decisivo na educação formal e informal dos filhos, além disso, no seu interior são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade e afetividade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais e criados os valores morais.

Partindo dessa premissa, é na família que as transformações individuais e coletivas são maturadas, contribuindo para o desenvolvimento dos padrões da sociedade em que se vive. Mas, isso demanda tempo de convívio. Porém, sabe-se que nos últimos anos, as mudanças têm sido significativas, dentre elas a falta de tempo, os desencontros e a solidão.

De acordo com Santana (2015, p. 5):

A partir disso, apareceram novas conjunturas de família, de modo que, atualmente, a aludida instituição pode ser constituída por pessoas que moram no mesmo lugar, a fim de construir um lar, baseado apenas nos vínculos afetivos, independente de matrimônio já que foi reconhecida pela Constituição Federal [CF] a união estável como forma de entidade familiar, porém importante salientar que junto a essas inovações na sociedade atual, aumentou também o número de separações, divórcios, assim como crianças concebidas fora do casamento ou união estável, dentre outros, de modo a interferir diretamente na estrutura familiar de cada indivíduo.

É no núcleo familiar que também são expressas as inquietações, os medos, as conquistas e as metas pessoais. Para tanto, é necessário que a família represente como uma forma de apoio mútuo a preservação da individualidade dos seus membros e o sentimento coletivo, pois a criança para sentir-se adequada diante dos processos de aprendizagem precisa de segurança, estabilidade, afetividade e compreensão. Leite (2015, p. 15) afirma que:

Reconhecendo a família como centro da vida social e evidenciando o seu crucial papel quanto à proteção, à afetividade e à educação, busca-se investigar a relação família/escola que é um tipo de organização social, uma vez que a participação da família no processo da escolaridade, priorizando a sua presença no contexto escolar [...]

Assim sendo, observa-se que um ambiente desfavorável incrementa vários fatores, dentre eles a agressividade, o sentimento de incapacidade, a dificuldade de aprendizagem e o comportamento antissocial. A autora Frimm (2017, p. 12), diz que

Novas questões se impõem aos casais nesse período delicado da vida. Algumas são de ordem prática como onde morar, divisão de bens, guarda dos filhos, pensão e custos adicionais. Outras de ordem emocional como tristeza, angústia, insegurança, ressentimento, preocupações quanto ao futuro e criação dos filhos.

Isso pode ocasionar sentimentos de fracasso, frustração e/ou raiva que na maioria dos casos isso é transmitido aos filhos, mesmo que esse não seja o desejo nessa fase de ruptura. Segundo Bolze *et al.* (2017, p. 12) expõe,

[...] os efeitos do conflito conjugal dos pais para a criança, evidenciando que esta pode responder de múltiplas formas à exposição ao conflito conjugal, incluindo reatividade emocional e alterações comportamentais. [...] expressões e posturas de angústia, tristeza, raiva, medo e preocupação, indicando que o conflito de casal dos pais se mostra como um estressor significativo para a criança.

Partindo desse pressuposto, observa-se que isso pode despertar temores, sensações de insegurança e desamparo nas crianças, demonstrando desagrado, até involuntariamente, bloqueios e retrações escolares, preocupando os pais com a educação de seus filhos. Os autores Silva e Silveira (2013, p. 15) abordam que

Na hipótese de que um ou mais filhos estejam demonstrando evidentes manifestações de sofrimento psíquico, ou seja, estado depressivo; apatia; baixo rendimento escolar é bastante útil encaminhar para um psicoterapeuta de crianças, especialmente pelo fato incontestado de que uma terapia em crianças costuma demonstrar excelentes resultados. Tendo em vista que alguns filhos têm dificuldade em falar o que estão sentindo para os pais, seja por medo ou carência de abertura, ficando assim fechados no seu próprio mundo.

Nesta perspectiva, compreende-se que os conflitos familiares podem causar a falta de relações familiares adequadas, devido ao pouco tempo de convívio ou mesmo a desajustes pessoais, provocando a omissão das funções materna e paterna e fragilizando os laços amorosos, pois todo indivíduo procura identificação e aceitação em um grupo.

Portanto, nota-se que se a família não estiver provendo essa identificação e organização necessária, esse filho acabará indo buscá-las fora do convívio familiar. Logo, pode acabar surgindo o transtorno de aprendizagem que, por conseguinte, tem chances de levar à marginalização e ao fracasso escolar. Daí a importância de:

[...] empreender uma reflexão sobre as interferências familiares no ambiente estudantil e ajudar a identificar os reflexos destas, na formação da criança no contexto escolar. Em virtude disto, pais e professores devem estar sempre, preparados para identificar as necessidades da criança (CARVALHO, 2017, p. 13).

Alguns pesquisadores e autores defendem que a família é que tem a responsabilidade fundamental da educação dos filhos, especialmente, por se tratar de uma estrutura de proteção, que desempenha a tarefa de orientar a criança de forma a favorecer o crescimento e o aprendizado dela no contexto social. Ribeiro (2015, p. 18) esclarece que

É fundamental que as famílias tenham a oportunidade de saber como é o fundamento da escola e possam reconhecer e valorizar o profissional que nela trabalha. Aproximar os pais da escola e mostrar que são, sem dúvida essenciais para construção do conhecimento, faz com que o processo de ensino aprendizagem se efetive com sucesso. Ter a família como parceira do

processo educativo de nossos alunos facilita o trabalho da escola e amplia a capacidade de participação dos pais na vida escolar dos filhos.

Os cuidados de filhos em idade escolar exigem da família grande coesão e organização. A escola contribui com a família, mostrando o que está indo bem e o que está indo mal, tomando a iniciativa de encaminhar a criança para atendimento. Assim, de acordo com Carvalho (2017, p. 13),

A criança não se constrói de forma isolada. Ela é uma intersecção dos fatores familiares e escolares ao qual está inserida. Pode-se dizer que a criança expressa, na escola, aquilo que experienciam, em casa e, por sua vez, pode manifestar, na família, aquilo que é construído, no ambiente escolar, juntamente, com o apoio dos pais.

Hoje, devido às transformações que a sociedade vem sofrendo ao longo do tempo, percebe-se que a família que vive em conflitos conjugais e a escola têm uma tarefa complicada. E, como consequência, tornou-se comum ver pais e professores queixarem-se em relação à tarefa de educar as crianças, já que não é uma tarefa tão simples, pois a dificuldade de aprendizagem delas pode não ser mais do que uma forma encontrada de manifestar a falta, a precariedade dos vínculos familiares (ITAQUI, 2015).

Diante disso,

A mediação no âmbito familiar propõe a desconstrução do conflito, ou pelo menos dirimi-lo, incentivando a comunicação entre as partes, ficando assim os mediados responsabilizados por uma relação mutuamente satisfatória, cooperando para a reorganização da família. Nota-se que a mediação familiar facilita a manutenção das relações continuadas, propondo uma verdadeira mudança de paradigma. Este processo incentiva as partes a observarem positivamente os conflitos, amenizando-os e entendendo-os como fatos naturais (CABRAL *et al.*, 2015, p. 16).

Perante o exposto, compreende-se que educar vai muito além de prover os meios para a criança vir ao mundo e ser mantida nele é um processo, pois, enquanto família e escola, as crianças aprendem de acordo com o que vivenciam com os seus modelos de identificação. Elas constantemente, observam, analisam atitudes, comportamentos sociais e profissionais. Leite (2015, p. 53) faz a seguinte colocação:

Portanto, é necessário que seja bem analisada a relação família e escola quanto à influência no processo [de] ensino [e] aprendizagem, para que

ambas possam se planejar, assumindo dessa forma o compromisso para com a educação de seus filhos e educandos.

Hoje a família é um sistema em constante transformação, evoluindo graças à capacidade de buscar a estabilidade e, então, recuperando-a por meio de reorganizações de suas estruturas sob novas bases, o que pode acarretar desequilíbrio familiar com implicações na vida das pessoas, principalmente das crianças. Assim, é importante a estrutura emocional dos pais e/ou responsáveis do sistema familiar ao enfrentar esses conflitos (FURTADO, 2009).

Couto (2011) acredita que isso pode ocasionar sentimentos de fracasso, frustração, raiva e desejos de vingança, e que na maioria dos casos isso é transmitido aos filhos, mesmo que esse não seja o desejo nessa fase de ruptura. E, bem como, também pode despertar temores, sensações de insegurança e desamparo nas crianças, demonstrando desagrado, até involuntariamente, bloqueios e retrações escolares, entre outros.

Com isso, acabam preocupando os pais com a educação dos filhos, pois a criança com suas próprias crenças e expectativas, talvez não consiga compreender claramente o que está acontecendo, sentindo-se culpada pelos problemas familiares. Assim, esses sujeitos negam-se o direito de saber. Frimm (2017, p. 18) faz a seguinte colocação:

É comum falar para a criança que os pais “não se amam mais”. Sendo possível, evite essa expressão, pois ela pode deixar a criança insegura. Pode ocorrer, no momento em que o pequeno tiver um desentendimento com a mãe ou com o pai, dela imaginar que também não é mais amada.

Deste modo, vê-se que esses adultos envolvidos devem, assim, apresentar maturidade para lidar com eventuais dificuldades, em que a crise deve servir de momento de reflexão, levando em consideração as pessoas envolvidas em suas decisões, de avaliação dos rumos que a vida da criança precisa tomar (CARVALHO, 2017).

Sobre esse aspecto observa-se,

Entretanto, quando os pais participam ativamente da vida escolar dos seus filhos e se engajam, com interesse, no acompanhamento das atividades da criança, a tendência é de que os alunos se dediquem e se esforcem mais, além de se sentirem amados e apoiados. O pai que procura saber sobre a relação dos filhos com os professores, comportamento em sala de aula

desempenho e dificuldades nas matérias, normalmente está disposto a ajudar o professor nos desafios da sala de aula, adotando medidas complementares em casa. Isso, inevitavelmente, promove uma melhoria na performance do aluno (GOMES, 2016, p. 12).

Portanto, nota-se que é preciso ter um olhar atento aos processos de mudanças individuais dentro da família, pois isso trará a maturidade necessária ao convívio do grupo para enfrentar a instabilidade da criança no aprendizado com base na história de problemas familiares.

Talvez isso se dê uma vez que o fracasso escolar e as manifestações do mesmo podem estar associadas aos problemas que, involuntariamente, impedem o aluno no processo de aquisição de conhecimento. Logo, isso pode levar a criança a apresentar dificuldades ou transtornos emocionais, problemas complexos que advêm dos conflitos familiares. Por conseguinte,

A escola se vê diante de vários problemas educacionais agregados à desordem, ao desrespeito às regras de conduta e à falta de limites dos alunos. Essa é considerada como responsabilidade da família que, por sua vez, deposita na escola a obrigação do fornecimento de educação familiar, transferindo responsabilidades que na verdade devem ser dos pais e invertendo os valores sociais da escola (GOMES, 2016, p. 11).

Assim, percebe-se que se a família e a escola atuarem em parceria, todos poderão se beneficiar, visto que a criança que estiver bem vai poder melhorar e aquela que estiver apresentando dificuldades receberá ajuda tanto da escola quanto dos pais para superá-las (LEITE, 2015).

2.2 A QUESTÃO DA SEPARAÇÃO DOS PAIS NA APRENDIZAGEM DOS FILHOS

Ao analisar o processo de ensino e aprendizagem percebe-se que um bom processo leva ao conceito de bom desenvolvimento e aprendizagem, que pode ser compreendido como a distância entre o que o aluno é capaz de aprender em seu desenvolvimento normal e aquilo que ele não consegue desenvolver sozinho, mas consegue realizar no contexto da interação com o meio escolar e familiar na mediação com o outro. Para Carvalho (2017, p. 13),

Os profissionais educadores devem, dentro de suas práticas, estreitarem o relacionamento com as famílias, orientando-as, em circunstâncias

pertinentes, sobre suas atitudes e comportamento, em relação ao desenvolvimento dos alunos/filhos.

Neste contexto, acredita-se que a família e a escola compartilham a mesma função educacional, embora uma não possa exercer a função da outra. Nos tempos atuais, muitos pais que vivem conflitos conjugais têm deixado seu desempenho no processo de ensino e aprendizagem das crianças, pois isto exige prática, acompanhamento e sustentação emocional, já que a criança não apresenta maturidade suficiente para enfrentar suas dificuldades sem a presença e os limites colocados por eles (ANDRÉ; BARBOZA, 2018).

Porém, o que se vê na prática das salas de aula nem sempre se aplica, pois existem aqueles que não respondem às exigências internas e externas de convivência entre seus membros, pois tem papéis pouco discriminados e modelos de comportamento inadequado. A relação entre pais e filhos nesta situação, parece não permitir possibilidades de alternativa de crescimento e diferenciação (ELIAS; JACOBY, 2015).

Com isso, autores como Carvalho (2017) relatam que ocorre um bloqueio no processo de comunicação entre pais e escola. Nessa perspectiva, existe a necessidade de sensibilizar a sociedade com relação a aprendizagem das crianças e pais em conflitos conjugais, esclarecendo e mostrando situações nas quais se tem tido altos índices de enfraquecimento no desempenho escolar. Afinal,

A criança não se constrói de forma isolada. Ela é uma intersecção dos fatores familiares e escolares ao qual está inserida. Pode-se dizer que a criança expressa, na escola, aquilo que experienciam, em casa e, por sua vez, pode manifestar, na família, aquilo que é construído, no ambiente escolar, juntamente, com o apoio dos pais (CARVALHO, 2017, p. 14).

Logo, cabe aos pais assumirem responsabilidades sobre seus atos e decisões, devendo, assim, promover meios para que a criança se sinta segura ao iniciar o processo de individuação e separação progressiva das figuras parentais. Por isso, é um processo que deve ser acompanhado de perto pela família e não basicamente pela escola, como tem ocorrido em muitos casos (GOMINHO; FERRAZ, 2016).

Deste modo, tanto na escola quanto na vida familiar, cada um apresenta formas diferentes de aprender e em tempos distintos. Deve-se lembrar que os comportamentos são distintos de criança para criança. Porém, cada um apresenta

motivos para o seu modo de ser. É preciso compreender cada sujeito e fornecer os meios necessários ao desenvolvimento de cada um.

De acordo com a linha de pensamento de alguns autores,

A presença dos pais na escola é um sonho de toda instituição, principalmente no que diz respeito à reunião para se tratar das notas do aluno e do comportamento do aluno, que, às vezes, são inadequados. Os responsáveis precisam enxergar que há certos alunos que necessitam sentir que seus pais estão por perto, observando o que eles estão fazendo e o que precisam fazer. (GOMES, 2016, p. 12).

Isso, porém, é uma tarefa complexa como discorre Carvalho (2017), pois em virtude dos conflitos conjugais muitos pais não impõem limites e permitem que os filhos tenham uma vivência social permissiva. E, possivelmente, acabam apresentando conflitos comportamentais, deixando de considerar a importância dos conteúdos escolares, pois não acreditam na capacidade deles de aprender.

No entanto, o motivo é a falta de limites, as intolerâncias às regras a que essas crianças ficam submetidas nos relacionamentos com colegas de sala e professores, demonstrando que não estão sendo educadas para tolerar a realidade e as frustrações impostas na vida familiar e social (MATTOS *et al.*, 2013).

Alguns autores afirmam que o crescimento das taxas de divórcio tem resultado uma alta proporção de rupturas entre pais com crianças pequenas.

Para Santos e Roim (2015) é importante salientar que, apesar do divórcio ser um processo considerado estressante, pois ocasiona mágoas e rupturas, muitas vezes ele pode ser conduzido de forma que não gere tantos danos nas vidas das crianças e das pessoas envolvidas, dependendo da forma como o casal conduz todo o processo.

Os autores asseguram que isso tudo tem muito a ver com o grau de maturidade de ambos e o preparo emocional, psicológico, pedagógico para que possam identificar o problema e construir a estabilidade emocional do aluno e, assim, sanar as dificuldades de aprendizagem (SANTOS; ROIM, 2015).

Com base nesse cenário,

Os avanços teóricos na compreensão do que seja “ser criança” nos permite hoje reconhecê-la como uma pessoa que tem especificidades, pois é entendida como um sujeito que vê o mundo com os seus próprios olhos. Apesar de sua pouca idade, ela é um ser social, político, produtor e

consumidor da cultura e também deve ser considerada como autora e narradora da história (SCHILKE *et al.*, 2017, p. 5).

O Código Civil (CC) de 1916, no seu Capítulo II, aborda sobre a proteção da pessoa dos filhos, cuidados com o interesse da criança e do adolescente, atribuindo aos pais o dever de guarda e educação somado às sanções originadas do descumprimento daquele dever. Tem-se o

Art. 325. Revogado pela Lei nº 6.515, de 26.12.1977:

Texto original: No caso de dissolução da sociedade conjugal por desquite amigável, observar-se-á o que os cônjuges acordarem sobre a guarda dos filhos (BRASIL, 1916, acesso em 18 jan. 2020).

Nesta perspectiva, vários questionamentos são levantados, dentre eles: Como tornar mais ameno, isto é, como diminuir o conflito na família e como manter os laços familiares? Deve-se admitir a guarda compartilhada? Deve-se permitir que os filhos sejam ouvidos em juízo?.

Dias (2015, p. 45) diz que:

A dignidade da pessoa humana encontra na família o solo apropriado para florescer. A ordem constitucional dá-lhe especial proteção independentemente de sua origem. A multiplicação das entidades familiares preserva e desenvolve as qualidades mais relevantes entre os familiares – o afeto, a solidariedade, a união, o respeito, o amor, o projeto de vida comum – permitindo o pleno desenvolvimento pessoal e social de cada partícipe com base em ideias pluralistas, solidaristas, democráticos e humanistas.

Porém, deve-se compreender que todas essas nuances pelas quais a família está passando nos dias de hoje, sem dúvida, são formas de aprendizagem e de uma nova reestruturação quanto às questões que envolvem pedagogia, psicologia, psicanálise, sociologia, filosofia e outros.

Sabe-se que a aprendizagem deve ser um processo dinâmico e interativo da criança com o mundo que a cerca, garantindo-lhe condições de apropriação de conhecimentos com estratégias adaptativas a partir de suas iniciativas e interesses e dos estímulos que recebe de seu meio social que é a família, primeiramente, e a seguir a escola.

De acordo com Pessôa (2011, p. 11) “a importância da aprendizagem é uma constante variável entre os seres vivos. Ela se apresenta de formas diferentes para cada espécie, mas é no ser humano que se percebe sua real forma e relevância”.

Diante dos diferentes tipos e formatos de família que existem neste século XXI, tornou-se preciso estudar e refletir como contribuir para que a problemática pesquisada interfira o mínimo possível no processo de ensino e aprendizagem das crianças.

Existem vários aspectos que exercem influência no desenvolvimento das crianças. Os mesmos abrangem desde o crescimento físico, as mudanças psicológicas e emocionais até a adaptação social. Há uma concordância de que os modelos de desenvolvimento estão determinados por condições genéticas, circunstâncias ambientais e afetivas.

Por outro lado, também é necessário considerar que

A educação nem sempre é cercada somente por sucessos e aprovações. Muitas vezes, no decorrer do ensino, nos deparamos com problemas que deixam os alunos paralisados diante do processo de aprendizagem, assim são rotulados pela própria família, professores e colegas. Entre esses problemas, encontram-se as dificuldades na aprendizagem e na socialização. É importante que todos os envolvidos no processo educativo estejam atentos a essas dificuldades, observando se são momentâneas ou se persistem por algum tempo (TABILE; JACOMETO, 2017, p. 2).

Sabe-se que as características humanas são biologicamente herdadas e historicamente formadas. De geração em geração o grau de desenvolvimento alcançado por uma sociedade vai sendo acumulado e transmitido, o que irá influenciar na personalidade deste ser. Desde o nascimento, o indivíduo vai construir sua realidade subjetiva, inclusive, no que se refere às explicações dos eventos e fenômenos do mundo natural em que ele vive.

Ribeiro (2015, p. 11) enfatiza que,

Curiosamente, essas modificações na família estão presentes em todas as classes sociais e, de uma forma ou de outra, tais interferências vão surgir no contexto da escola. É na família que a criança tem contato com as primeiras aprendizagens. É nesse berço que ela conseguirá seus valores. A participação dos pais na vida escolar dos filhos é fundamental para a aprendizagem.

Desde o início da vida, a aprendizagem se faz presente: ao sugar o seio materno, a criança enfrenta o primeiro problema de aprendizagem, pois tem que coordenar movimentos de sucção, deglutição e respiração. As horas de sono, as de alimentação, os diferentes aspectos de criação impõem, já ao infante, numerosas e

complexas situações de aprendizagem. Na idade escolar, na adolescência, na idade adulta e até em idade mais avançada, a aprendizagem está presente (RANIERI; ALVES, 2018).

Para Carvalho (2019, p. 11),

É consenso universal a ideia de que na Primeira Infância se constrói o alicerce do humano, a base onde serão fixadas todas as estruturas para a vida. Com certeza é à base de tudo [...] Nós, adultos, passamos por transformações ao longo da vida de acordo com nossas experiências e escolhas. A cada novo passo, ocorre uma modificação no modo de ser e se colocar no mundo, ainda que às vezes pouco perceptível.

Portanto, a aprendizagem acompanha a vida de cada num processo dinâmico, contínuo global, pessoal, gradativo e cumulativo, e, é indispensável à sobrevivência do homem, pois por ela ao lado da maturação qualificam-se como as duas maiores influências para o desenvolvimento humano (GUIMARÃES, 2016).

Sabe-se que a interferência da separação familiar no processo de ensino e aprendizagem dos alunos é algo muito atual. E para muitos não tem sido fácil, pois a situação não afeta apenas o casal em questão, mas toda a família. Isso faz com que, na maioria das vezes, os mais prejudicados sejam os filhos que precisam de ajuda para que possam entender como será a nova rotina, o que irá mudar, como lidar e que ajuda a escola e a família podem dar.

A escola pode ajudar a lidar com essas mudanças. Entretanto, o primeiro passo é que, tão logo a decisão seja tomada, a família deve comunicar a equipe escolar, tendo em vista que

A relação entre pais e professores durante o ensino é muito importante na vida da criança, às vezes a criança que encontra alguma dificuldade, é causada muitas vezes por fatores externos, assim se faz presente a comunicação entre escola e família, para juntos agir da melhor maneira possível para auxiliar a criança e proporcionar o seu pleno desenvolvimento, encarando suas dificuldades e limitações. Essa constante comunicação é essencial à comunicação entre as duas partes [...] (SANTOS; ROIM, 2015, p. 14).

A escola é o segundo ambiente social de uma criança que pode acabar, por vezes, tendo alterações comportamentais e/ou queda na produção escolar, devido aos conflitos familiares e emocionais, além do comprometimento da aprendizagem. Segundo Ribeiro (2015, p. 10):

[...] é muito importante a participação efetiva da família nesse processo. E participar não significa estar todos os dias na escola ou ensinar o dever de casa. Pais analfabetos podem participar de vida escolar dos filhos acompanhando seus estudos: perguntando sobre a rotina na escola, acompanhando as atividades e estabelecendo momentos de estudo por exemplo. É certo que nem a escola nem a família podem prescindir uma da outra. Ambas são co-autoras [sic] no processo de aprendizagem das crianças e jovens e possuem papéis específicos.

Deste modo, torna-se evidente o quanto é relevante se preocupar com a importância da participação da família unida no processo de ensino e aprendizagem das crianças nas séries iniciais. É fundamental para proporcionar o pleno desenvolvimento desses estudantes, encarando as próprias dificuldades e limitações. A escritora Ribeiro (2015, p. 16) declara que

A criança sente grande prazer em ampliar os seus vínculos com a escola quando percebe que seus pais são valorizados pelo contexto escolar. Ela precisa ser exposta a um grande número de situações para desenvolver seus esquemas conceituais, e o ambiente familiar é indispensável a esse desenvolvimento. A escola pode ajudar a família a ter essa consciência e a promover um ambiente estimulador.

E, antes de achar que o problema da escola com os pais se resolveu, é importante destacar que a guarda compartilhada não é uma condição automática, mas uma possibilidade conferida por lei. Ela pode ser requerida em conjunto ou individualmente pelos cônjuges em separação, ou determinada com um ofício pela autoridade judicial, sempre no interesse da criança. Marques (2019, p. 11) diz:

A família atual possui definição mais ampla legitimada pela Constituição Federal de 1988 (artigos 226 a 230 CF/88): considerando família o casal formado pelo casamento e seus filhos, todas as pessoas ligadas pela consanguinidade ou adoção, união estável entre o homem e a mulher, união homoafetiva entre pessoas do mesmo sexo e a família formada apenas por um membro familiar chamada de monoparental.

A família apresenta, também, diversas características peculiares: o caráter biológico, exteriorizando-se como o agrupamento natural do ser humano, criando diversos direitos e deveres entre os seus membros; o caráter psicológico, que se traduz pelo elemento imaterial, metafísico, espiritual que liga os seus componentes. E enfatiza que o caráter jurídico, por ter a família uma estrutura interna que é regulada por normas jurídicas, como se constituem as do direito de família (RANIERI; ALVES 2018).

Segundo a autora Battistella (2015, p. 10):

O século XX foi palco de mudanças marcantes na sociedade, principalmente pelo surgimento de novos tipos de família. [...] A tradicional é aquela família geralmente numerosa, centrada na autoridade do patriarca, mais comum até a primeira metade do século passado. Eram considerados "familiares" não só os pais e filhos, mas todo o entorno familiar (avós, tios, primos), e as relações eram baseadas nos conceitos morais e autoritários da época. A família nuclear, ou psicológica, é aquela surgida a partir da metade do século XX, fundamentada basicamente em pai, mãe e poucos filhos. As relações não são mais tão autoritárias, e o conceito de família engloba um núcleo mais caseiro. A família pós-moderna é a que mais tem crescido atualmente, aquela em que não existem regras básicas de parentesco. Filhos morando com só um dos pais devido ao divórcio, casais sem filhos, uniões homossexuais, casais que se uniram depois de casamentos anteriores e que cuidam dos filhos de ambos, etc. Na verdade, não é um estilo de família, mas justamente a falta de um estilo pré-determinado. Hoje em dia, podemos identificar esses três tipos básicos de família coexistindo, com suas variações, cada família a seu modo.

Porém, deve-se ressaltar que os professores precisam investigar as causas que levam o aluno a ter dificuldades com a aprendizagem, buscando sempre aperfeiçoar a prática educativa.

Percebe-se, contudo, que durante o divórcio a família e os professores precisam estar atentos aos sinais de alerta que os filhos/alunos emitem. E os profissionais da escola precisam saber conduzir a situação da forma mais saudável possível, inclusive acompanhando esses responsáveis, pois apesar de não formarem mais um casal ambos continuam sendo pais destes alunos.

Logo, tornou-se fundamental nos dias atuais, que as escolas estejam preparadas com profissionais capacitados para resolver estes conflitos de ordem emocional que podem gerar sérios prejuízos emocionais, cognitivos e sociais na vida dos alunos. O conflito conjugal está cada dia mais comum, assim, tanto a escola quanto os poderes públicos precisam visualizar tal problemática, oferecendo uma rede com eficácia, que possa acompanhar a família desfeita. De acordo com Bolze *et al.* (2017, p. 11):

[...] o conflito conjugal na presença da criança pode afetá-la de forma direta - pela própria exposição em si e por servir como um modelo de resolução de problemas -, bem como indireta - por comprometer o relacionamento pais-filhos e por gerar mudanças nas práticas parentais (na responsividade emocional e na imposição da disciplina.

O ambiente escolar é favorável para investigação dos aspectos negativos consequentes de uma separação de pais, uma vez que é neste espaço onde as crianças se desenvolvem intelectual e fisicamente, elaborando os próprios posicionamentos individuais e socializando-se com maior intensidade (ALMEIDA, acesso em 10 dez. 2019).

Nesta perspectiva os professores precisam investigar as causas que levam a criança a ter dificuldades com a aprendizagem, buscando sempre aperfeiçoar a prática educativa. Afinal, as crianças provenientes desse divórcio, cada uma a seu próprio modo, começaram a demonstrar o desconforto que a nova estrutura familiar gerou. Muitos educadores chegam a perceber na sala de aula que esses filhos se sentem desamparados e até abandonados com essa nova configuração familiar. Partindo desse pressuposto, Carvalho (2017, p. 16) argumenta que:

A ausência inerente as mais variadas mazelas, podem ser desencadeadores das dificuldades dentro do campo escolar, contudo, a escola deve, juntamente, com os pais construir “pontes” que facilitem o diálogo entre esses dois ambientes direcionadores da educação humana.

É necessário destacar que durante o conflito familiar o cuidado e a atenção da família e dos educadores precisam estar voltados para os sinais que esses estudantes começam a dar, evidenciando que estão desconfortáveis com a nova estrutura familiar gerou.

Carvalho (2017, p. 17) afirma que “a implementação de parcerias entre famílias e escola é um dos grandes caminhos a serem percorridos pela educação, para sanar as dificuldades inerentes à adaptação da criança quando inserida no ambiente escolar”.

Os profissionais da escola precisam saber conduzir a situação da forma mais saudável possível, inclusive acompanhando o ex-casal, que continuam sendo pais do aluno. Existe uma importância fundamental nos dias atuais de cada vez mais as escolas estarem preparadas com profissionais competentes para resolver estes conflitos de ordem emocional que podem gerar sérios prejuízos cognitivos e sociais na vida de seus alunos.

Observa-se que o divórcio está cada dia mais comum e corriqueiro. E tanto a escola quanto os poderes públicos precisam visualizar tal problemática, oferecendo uma rede que possa oferecer eficácia, que possa acompanhar a família desfeita.

O ambiente escolar é favorável para a investigação dos aspectos negativos consequentes de uma separação de pais, uma vez que é neste espaço que as crianças se desenvolvem intelectual e fisicamente, elaborando os próprios posicionamentos individuais e se socializando com maior intensidade. Segundo Smole (2017, p. 1),

[...] queremos que os conhecimentos escolares contribuam para a formação do cidadão e sejam incorporados como ferramentas, recursos aos quais os alunos irão recorrer para solucionar diferentes tipos de problemas de maneira exitosa. São situações que se apresentam aos estudantes nas mais variadas situações, não apenas num determinado momento da aula. A aprendizagem deve desenvolver-se num processo de negociação de significados.

Diante desse panorama, acredita-se que é importante haver o desenvolvimento de um trabalho de intervenção da escola com os professores e com a família, pois este fazer no processo de ensino e aprendizagem é desafiador.

E, além disso, nota-se que ambas precisam compreender a importância da relação família-escola no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, especialmente no caso de filhos com pais e/ou responsáveis separados ou em processo de separação, já que essa é a principal questão discutida nessa pesquisa. Seguindo essa linha de pensamento, Oliveira (2001, acesso em 14 mar. 2020, p. 13) defende que

As famílias ocupam papel importante na vida escolar dos filhos, e este não pode ser desconsiderado, pois consciente e intencionalmente ou não, influenciam no comportamento escolar dos filhos. Muitas, infelizmente influenciam negativamente, seja por questões econômicas, pessoais, de relacionamento, de amadurecimento dos pais ou separação.

Vale ressaltar que se fez necessário refletir sobre a importância da família unida no processo de ensino e aprendizagem da criança nas séries iniciais. Deve-se levar em consideração que a Educação é muito importante para estar apenas nas mãos da família ou da própria escola. Entretanto, ambos são os principais pontos de sustentação do aluno, que muitas vezes está vivendo momentos conflitantes. Sousa (2015, p. 14) faz a seguinte colocação:

Contudo, o sucesso escolar tem dependido, em grande parte, do apoio direto da família, orientando tanto nas dificuldades individuais quanto nas deficiências escolares. [...] A família é a base onde estabelecemos nossas primeiras relações sociais, constituímos valores, onde o seu

comprometimento na aprendizagem dos filhos será posteriormente refletido dentro da escola.

Partindo desse pressuposto está a importância de se buscar contribuir com essa temática, a fim de ressaltar quais são os problemas enfrentados tanto pela família, quanto pela escola e pelos alunos de pais separados. E, dessa forma, sugerir o desenvolvimento de ações, projetos e atividades que contribuam para o desenvolvimento emocional e pedagógico desses alunos, além de melhorar a convivência entre a escola e os pais e/ou responsáveis dos filhos após a separação.

Sendo assim,

O professor tem que estar preocupado com essa formação, pela qual é imprescindível à criança sentir-se amado. A criança passa uma boa parte do tempo na escola, é muito importante o afeto, carinho do professor. Observando esse aluno o professor tem como saber se seu aluno está passando por algum momento difícil, se está algo errado (SANTOS; ROIM, 2015, p. 17).

Deve-se destacar que é a Educação que constrói e orienta a formação do caráter da criança. Assim, a Educação deve ser desenvolvida de acordo com a realidade social em que a criança está inserida, começando pela família, dando a ela condições de aprender os modos de existir, fazendo com que seu mundo adquira significado e, assim, ela comece a se constituir como sujeito.

A família pode desenvolver práticas que contribuam para facilitar a aprendizagem escolar, além de poder desenvolver hábitos coerentes com os que são exigidos pela escola. Afinal,

Os estudos têm mostrado que a família que acompanha o processo de aprendizagem do filho poderá auxiliá-lo no momento que surgem dificuldades escolares. Logo, se a família acompanhar o rendimento dos filhos em sala de aula, estes dificilmente enfrentarão situações de defasagem no aprendizado (CASARIN, 2007, p. 19).

Neste contexto, a escola também contribui ao ensinar valores morais e sociais. Contudo, ela possui outras especificidades, que são a obrigação de ensinar, trabalhando pedagogicamente bem os conteúdos específicos de áreas do saber (CARVALHO, 2017).

Portanto, escola e famílias possuem interesses comuns, mas cada uma com a própria forma específica de educar. Sob esse ponto de vista está a importância de se

ter a família participando da escola de diferentes maneiras. Sousa (2015, p. 15) aborda que

É necessário compreender como é a relação existente entre professores e alunos, pais com alunos, professores e pais, dessa forma, as várias relações entre toda a comunidade escolar. Também identificar que papel é dado ao educador na escola, qual o seu relacionamento com os alunos e com as famílias, e que tipo de atividades são desenvolvidas pela escola que possa envolver os pais.

Nota-se que na situação dos alunos de pais separados, de forma sutil, a escola deve criar ações para que a família passe a participar da escola, com pequenas intervenções no processo educacional da criança buscando contribuir para a geração de mudanças no comportamento e aprendizado desse estudante. Segundo Frimm (2017, p. 19),

Professores são parceiros na educação dos seus filhos. Comunicá-los da nova situação familiar é importante para que eles possam se manter atentos ao comportamento da criança. Reações incomuns, como choros sem motivos aparentes, introspecção extrema, ou até mesmo reações mais agressivas, podem ser percebidas pelos educadores e reportadas aos pais, ajudando na adaptação à nova situação familiar.

Percebe-se que para que isso ocorra, a escola necessita da presença dos pais e/ou responsáveis a fim de que possam identificar quais as dificuldades que a criança encontra dentro e fora da escola e, juntas, estreitem os laços e torne a educação um processo coletivo, pois muitas vezes os pais não receberam educação quando pequenos ou estão em crise em virtude da separação. E, com isso, necessitam de ajuda para desenvolver atividades juntamente com os filhos.

É válido lembrar que não cabe aos professores educar os pais. Eles, enquanto profissionais, devem ter como alvo o aluno, independente da história familiar que carrega e o influencia. Assim, tanto a escola com os pais ou o responsável pelo aluno na separação devem pensar na importância da família unida no processo de ensino e aprendizagem da criança nas séries iniciais.

Conforme explana Casarin (2007, p. 25),

A dificuldade de aprendizagem de uma criança, ou um adolescente, pode não ser mais do que uma forma encontrada de manifestar a falta, a precariedade dos vínculos familiares, nesse sentido, educar não é uma tarefa tão simples como pode parecer. Educar vai muito além de prover os meios para a criança

vir ao mundo e ser mantida nele, é um processo e, dentro desse estamos inseridos, enquanto família e escola, pois as crianças aprendem de acordo com o que vivenciam com seus modelos de identificação. Assim, crianças e adolescentes constantemente, observam, analisam nossas atitudes, nossos comportamentos sociais e profissionais.

Já Ribeiro (2015, p. 20) aborda que

A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança. No entanto, ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo. Desta forma, as duas instituições, família e escola, quanto mais se diferenciam mais necessitam uma da outra para que complementem e atinjam seu objetivo principal – a formação do cidadão para sua vida.

Assim, escola e família precisam ser parceiras com reuniões, palestras, encontros e outras ações e estratégias para que juntas desenvolvam um trabalho de conscientização da importância de que, mesmo separados enquanto casal, os pais tenham compromisso com o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social dos filhos. (ALMEIDA, acesso em 10 dez. 2019).

Sobre isso, Santos e Souza (2009, acesso em 15 mar. 2020, p. 10) discorrem:

Pode-se afirmar que a relação entre os pais e os professores, durante o período de ensino e aprendizagem das crianças, deve ser uma parceria, onde o foco principal seja para o bem-estar da criança e de seu desenvolvimento físico, emocional e cognitivo. Para que haja confiança, respeito e afirmação de sua autoestima.

E o progresso desses alunos no aprendizado escolar está diretamente associado à supervisão e à organização das rotinas deles, bem como às oportunidades de interação com os pais e também à oferta de recursos no ambiente físico (FRIMM, 2017). Todavia,

Os estudos têm mostrado que a família que acompanha o processo de aprendizagem do filho poderá auxiliá-lo no momento que surgem dificuldades escolares. Logo, se a família acompanhar o rendimento dos filhos em sala de aula, estes dificilmente enfrentarão situações de defasagem no aprendizado (CASARIN, 2007, p. 19).

Perante essas circunstâncias, nas palavras de Santos e Souza (2009, acesso em: 15 mar. 2020, p. 08), “[...] a escola é o lugar de troca de afeto, pois a escola é para a criança a extensão do lar. Muitas dessas crianças que passam por problemas de relacionamento em casa, acabam levando isso para dentro da sala de aula”.

Assim, compreende-se que compete ao professor estar atento, para que ao perceber o problema do aluno, esse profissional possa ter condições de buscar meios para ajudá-lo, tendo em vista que esse estudante precisa perceber que não está sozinho, que pode confiar em alguém e também precisa se sentir amado para elevar a autoestima dele.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Ao delimitar o assunto e construir o tema, foi realizada a pesquisa bibliográfica para fundamentar-se teoricamente. Segundo Santos (2019, p. 10):

[...] a pesquisa bibliográfica como instrumento emancipatório [...] é a mola propulsora do método científico, essa modalidade de pesquisa fundamenta o aluno a pesquisar, conhecer a literatura já existente, formular novas propostas ou pressupostos sobre o assunto, além de comprovar ou refutar o pressuposto inicial.

Esta oportunizou de fazer uma reflexão apurada da leitura de diversos autores de livros e artigos, em que foi possível fazer um apanhado de informações sobre os alunos de pais separados, o papel da família e da escola no contexto histórico em que estão inseridas, as problemáticas desses tipos de alunos, quais as fragilidades deles e o que os professores desses estudantes enfrentam. E, assim, pôde-se refletir sobre a importância da relação família-escola no processo de ensino e aprendizagem dessas crianças.

A pesquisa de campo foi realizada com os educadores de uma escola pública da rede municipal de Presidente Kennedy (ES), localizada na comunidade de Jaqueira, em que os sujeitos da pesquisa foram os professores das nove (9) turmas de alunos do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental, em que se primou por cumprir as orientações éticas e os participantes foram identificados com as seguintes nomenclaturas Professor A, B, C, D, E, F, G, H e I (APÊNDICE A).

Este estudo foi iniciado aprofundando-se bibliograficamente em autores atuais para enriquecimento sobre a temática, pois de acordo com Santos (2019, p. 16):

Assim, fica evidente que o levantamento bibliográfico analisa o assunto e busca percussores que enriqueçam o tema. Esse tipo de pesquisa permite que o aluno entre em contato direto com a informação registrada, além de atualiza-se e acompanhar o avanço de um determinado assunto.

Na sequência, realizou-se a pesquisa qualitativa descritiva. Diante dos imprevistos surgidos pôde-se criar e recriar técnicas adaptadas ao contexto vivenciado. Além disso, foi uma oportunidade de compreender o significado dos acontecimentos na situação dos alunos que são filhos de pais em conflitos conjugais,

ênfatizando a importância da interação simbólica e da cultura para a compreensão do todo. Portanto, a

[...] pesquisa caracteriza-se como descritiva, que de acordo com Silva (2003), ocorre quando o pesquisador tem por objetivo identificar as características de certa população ou fenômeno e estabelecer relações entre as variáveis, sem sua manipulação (JUNIOR, 2017, p. 14).

Proseguiu-se, então, com o levantamento documental das turmas de 3º ao 5º ano, com materiais de fontes secundárias que ainda não receberam tratamento analítico, como ata dos conselhos de classe, fichas de matrícula, livro de ocorrências, bilhetes encaminhados para casa e outros, para identificar e analisar quais dos alunos reprovados no ano de 2019 nesse segmento escolar são filhos de pais em conflitos conjugais.

As autoras Kripka, Scheller e Bonotto (2015, p. 12) dizem que

[...] o uso da análise documental, que se refere à pesquisa documental, que utiliza em sua essência: documentos que não sofreram tratamento analítico, ou seja, que não foram analisados ou sistematizados. O desafio a esta técnica de pesquisa é a capacidade que o pesquisador tem de selecionar, tratar e interpretar a informação, visando compreender a interação com sua fonte. Quando isso acontece há um incremento de detalhes à pesquisa e os dados coletados tornam-se mais significativos.

Após as informações terem sido obtidas foi possível construir um histórico sobre a influência da família no processo de ensino e aprendizagem da criança de pais em conflitos conjugais nas séries iniciais. Retomou-se uma análise documental do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do regimento da escola, a fim de conhecer melhor a proposta de trabalho e o funcionamento da mesma.

Assim sendo, tornou-se possível verificar quais são os mecanismos de participação da família estabelecidos nestes documentos, bem como de fichas de matrículas, pastas de documentações, laudos, dos livros com as atas das reuniões de pais, do caderno de controle da coordenação de turno e de notificações do Conselho Tutelar.

Sobre esse assunto, alguns autores e pesquisadores discorrem que

A pesquisa documental é uma técnica decisiva para a pesquisa em ciências sociais e humanas; é indispensável porque a maior parte das fontes escritas – ou não – é quase sempre a base do trabalho de investigação; é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos,

considerados cientificamente autênticos. A pesquisa documental deve muito à História e, sobretudo aos seus métodos críticos de investigação sobre fontes escritas (ABREU, 2017, p. 3).

Na sequência, foi aplicado o questionário (APÊNDICE A) aos professores com uma série de perguntas ordenadas, apresentadas de diversas formas abertas, com o intuito de não envolver encontro entre a pesquisadora e as respondentes.

O material obtido a partir da pesquisa foi avaliado de forma qualitativa, com base na Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), incidindo nas diferentes fontes de dados, enfatizando a técnica de nas abordagens qualitativa e quantitativa.

Os autores Silva e Fossá (2015, p. 12) afirmam que

A conceitualização da análise de conteúdo pode ser concebida de diferentes formas, tendo em vista a vertente teórica e a intencionalidade do pesquisador que a desenvolve, seja adotando conceitos relacionados à semântica estatística do discurso, ou ainda, visando à inferência por meio da identificação objetiva de características das mensagens [...] Salienta-se o caráter social da análise de conteúdo, uma vez que é uma técnica com intuito de produzir inferências de um texto para seu contexto social de forma objetiva [...] ressalta a importância do rigor na utilização da análise de conteúdo, a necessidade de ultrapassar as incertezas, e descobrir o que é questionado.

A unidade escolar polo escolhida para a realização desta pesquisa foi devido ao fato de que a pesquisadora teria acesso fácil e direto ao público-alvo. Trata-se de uma escola polo com sede no município de Presidente Kennedy, localizado no Sul do Espírito Santo.

E conforme determina o PPP da escola em que a pesquisa foi realizada, “a escola acredita que um modelo de educação priorize a integração entre família e escola, visando transparência e parceria entre os segmentos família e escola [...]” (PPP, 2019, p. 61).

Desta forma, o produto final que foi elaborado e proposto nesta dissertação é totalmente pertinente ao que sugere o PPP da escola em que a pesquisa foi realizada. O mesmo justifica-se ao enfatizar a necessidade que foi identificada de reforçar o trabalho que é desenvolvido atualmente pelos educadores que atuam na referida escola.

Trata-se de um guia didático (APÊNDICE B) contendo sugestões de orientações para os professores. Após a aprovação desta dissertação o mesmo será entregue para a Secretaria Municipal de Educação (Seme) de Presidente Kennedy

para que possa ser implantado pela mesma em escolas da rede pública municipal, visando auxiliar nas dificuldades dos alunos de turmas do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Este guia didático foi criado com o intuito de nortear esses profissionais sobre como lidar com alunos de turmas do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental que possuem pais em conflitos conjugais e que não apresentam o desempenho que é esperado no processo de ensino e aprendizagem.

3.1 PRODUTO DA PESQUISA

Sugere-se que este guia didático elaborado e sugerido pela pesquisadora seja aplicado, pela Seme de Presidente Kennedy, para professores e alunos de turmas do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental, visando auxiliar aos alunos que são filhos de pais separados ou que estão em conflitos conjugais (ou mesmo em processo de separação) e, por conseguinte, devido a isso não estão alcançando os resultados esperados por influências e/ou dificuldades oriundas desse processo de separação familiar.

O objetivo foi trabalhar com sugestões de ações práticas, dispondo-se a contribuir de forma significativa para amenizar as dificuldades enfrentadas por esses alunos e, por conseguinte, esses educadores também. Com esse mesmo objetivo, sugeriu-se que fossem feitos atendimentos em turnos alternados com os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.

Procurou-se estabelecer condições de parcerias com os diversos segmentos da sociedade civil organizada do município e região que possam auxiliar nesse processo visando superar as principais fragilidades e deficiências existentes para fortalecer as ações desenvolvidas.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Esta pesquisa foi realizada em uma escola da rede pública municipal de Presidente Kennedy no Sul do Espírito Santo, que possui em média 800 estudantes atendidos pela instituição, divididos entre a Educação Infantil, o Ensino Fundamental I e II, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em três turnos: matutino, vespertino e noturno.

Tratou-se de uma pesquisa documental e também com coleta de dados que foram apurados por meio da aplicação de um questionário com os referidos professores regentes, em que foi feita uma confrontação das teorias abordadas que foram mencionadas anteriormente, no capítulo 2, com a prática dos professores.

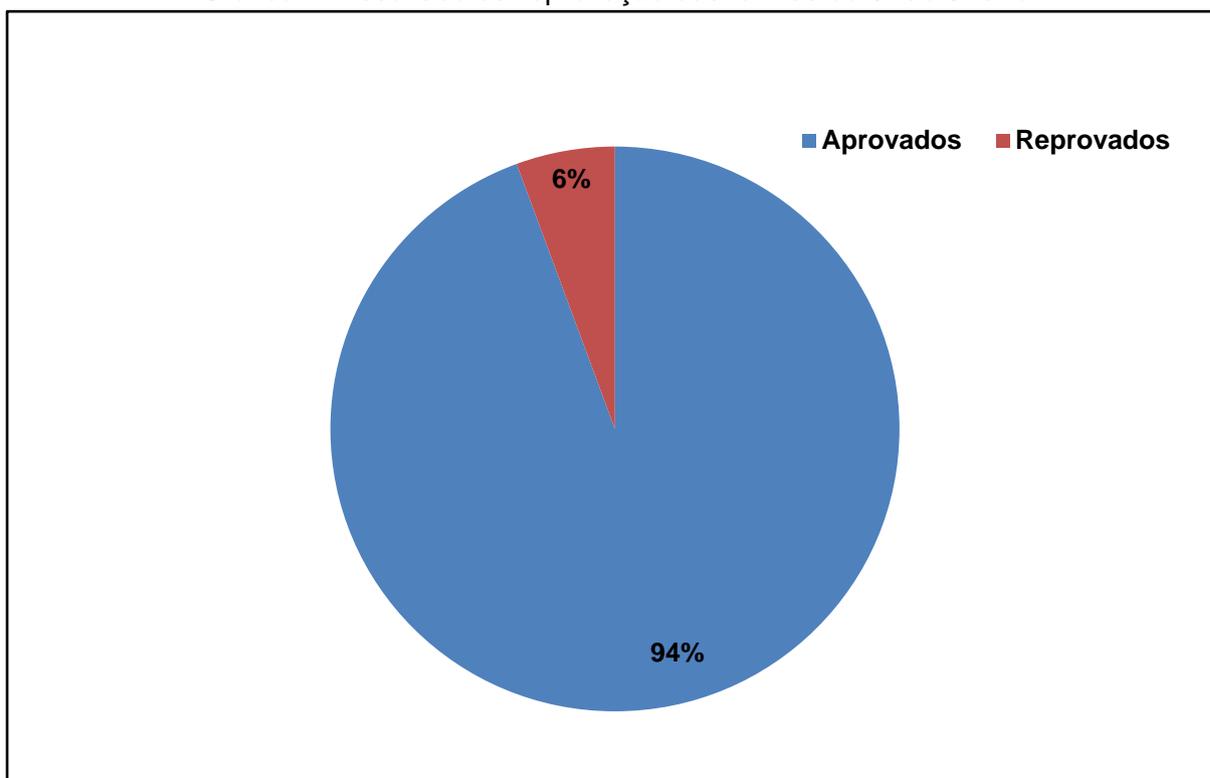
4.1 PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Após buscar a autorização, por escrito, da secretária municipal de Educação de Presidente Kennedy, a pesquisadora também obteve a autorização por escrito da diretora da escola eleita para a pesquisa, que se propôs a contribuir e conceder as informações necessárias que fossem pertinentes para a realização da pesquisa.

Inicialmente os dados foram coletados na secretaria da escola, nas atas dos resultados finais do ano letivo do ano de 2019. Em relação aos alunos do 1º ao 2º ano, a promoção é automática em virtude da Lei Federal.

Portanto, nesta pesquisa teve-se um público formado por professores de nove (9) turmas do 3º ao 5º ano, com 196 alunos matriculados e frequentando as aulas regularmente, sendo que a investigação demonstrou que 11 deles foram reprovados em 2019, como expõe o Gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1: Resultado da reprovação das turmas do 3º ao 5º ano



Fonte: Material elaborado pela pesquisadora (2020).

Portanto, observou-se que 6% dos alunos foram reprovados (o que corresponde a 11 estudantes) nestas séries/anos que foram objeto de análise geral. Já no que se refere aos alunos aprovados foi possível perceber que são 185 alunos (o equivalente a 94% dos estudantes).

4.2 RESULTADOS DA ANÁLISE DOCUMENTAL

Na análise documental, os dados coletados foram com base no PPP: as fichas de matrícula, relatos de reuniões, atas dos conselhos de classe. Nestas, inclusive, constam que os 11 alunos com rendimento insatisfatório tiveram aulas de recuperação, nas quais receberam apostilas com os conteúdos para estudar em casa e ainda tiveram outra oportunidade após a recuperação final. O material pesquisado encontra-se no setor pedagógico da escola.

Ao analisar o PPP, compreendeu-se que a proposta curricular desta unidade de ensino tem uma perspectiva articulada com currículo Nacional e Estadual, visando atender às necessidades da comunidade e procura interagir com todos os aspectos nacionais, regionais e locais.

Além desse material, foi possível analisar os documentos da pasta de Reforço Escolar, em que se observou que os 11 alunos com rendimento insatisfatório estavam matriculados e frequentando as aulas de reforço no contraturno três vezes por semana contendo algumas faltas. De acordo com Santos (2018, p. 13):

Neste caso, só é possível identificar um aluno com dificuldades de aprendizagem, quando não há interferência dos fatores socioeconômicos. As ideias centrais estão nos fatores de disfunção psicológica e neurológica do processamento de informação e não nos fatores socioeconômicos, por consequência de situação de privação e de desajustamento biológico e social.

No livro da ata do conselho de classe, notou-se também que constavam nos registros, dentre outras coisas, queixas dos professores, relatos de indisciplina, falta de atenção e concentração de vários alunos, inclusive todos os alunos reprovados. Segundo Santos (2018, p. 11):

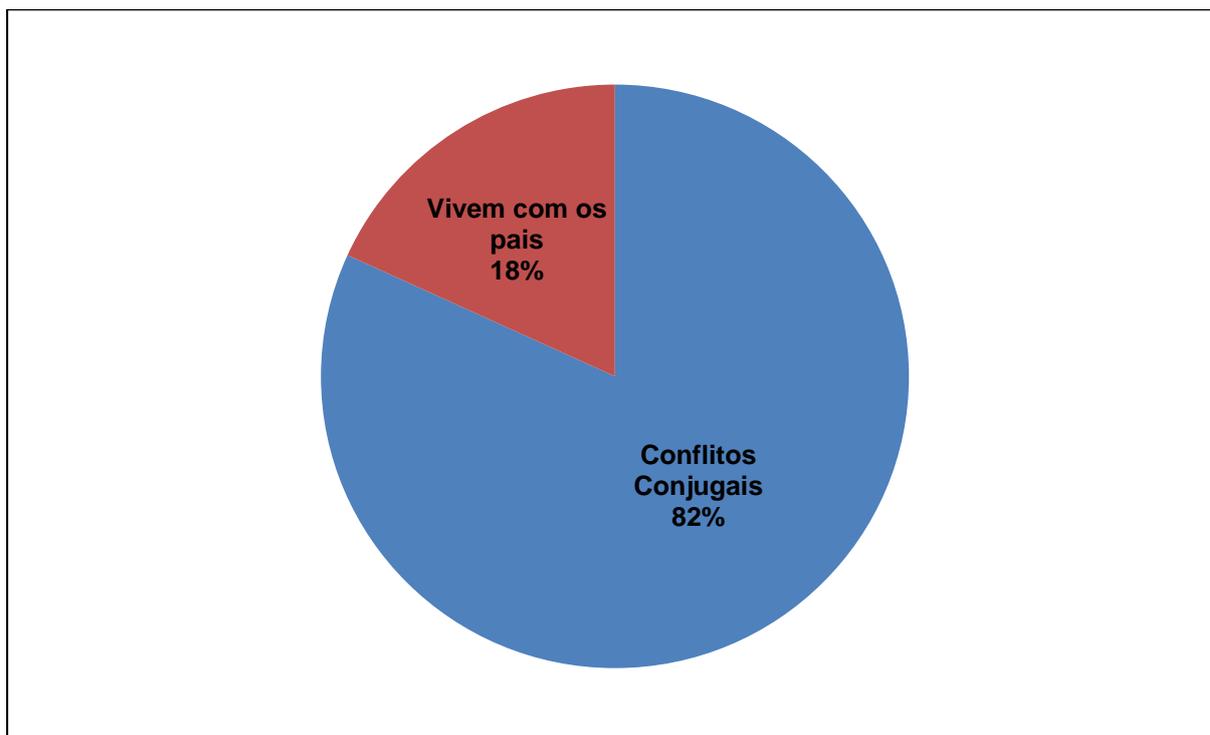
Neste contexto o educador tornou-se um ponto de conflito entre as duas instituições “escola e família” havendo a necessidade de uma intervenção pedagógica estruturada no processo da aprendizagem na sua forma plena no sentido de desvendar novas alternativas possibilitando, assim, condições facilitadoras com vistas a melhores resultados.

Foi solicitada uma reunião de pais e sugerido que fosse realizado o encaminhamento desses alunos para uma equipe multidisciplinar que é composta por psicólogo, assistente social e fonoaudiólogo. Tem-se na colocação de Santos (2018, p. 15) de que

É primordial que seja desenvolvido um trabalho de informação e conscientização para o professor e para os pais sobre esse problema emocional que o aluno possa ter. Atentamos ainda para o trabalho da equipe gestora da escola, percebemos na pesquisa que é necessário o trabalho em equipe e diálogo. Em nenhum momento o aluno poderá ser deixado em segundo plano.

Porém, constatou-se na ata dos resultados finais, em confronto com as fichas de matrículas e fichas de atendimento à família que desses 11 alunos reprovados, nove (9) deles são filhos de pais em conflitos conjugais e que, em função dessas mudanças no relacionamento dos pais, atualmente residem com avós e/ou tios ou familiares próximos.

Gráfico 2: Problemas de conflitos



Fonte: Material elaborado pela pesquisadora (2020).

Neste contexto, o Gráfico 2 mostra que os alunos que são filhos de pais em conflitos conjugais somam um total de 82%. Isto é, nove (9) dos 11 alunos que foram reprovados no ano de 2019 hoje vivem em lares que estão passando por conflitos conjugais (ou que já não são mais os antigos lares deles em função desses conflitos existentes), enquanto os outros dois (2) vivem com os pais.

Foi possível encontrar nessa busca registros com inúmeras histórias de pais ou mães e/ou avós e tios que (dominados por um sentimento de raiva, mágoas ou vingança) acabam tentando manipular as crianças na tentativa de destruir a imagem e o vínculo que elas têm dos pais ou das mães.

Vale ressaltar aqui que essas atitudes originam uma situação que já é recorrente no âmbito judicial, a alienação parental. Conforme apresenta a Lei nº 12.318 de 2010, conceituada em seu artigo 2º:

Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Baroni, Cabral e Carvalho (2015, acesso em 18 mar. 2020, grifo nosso) descrevem como se dão esses casos no artigo “O que é alienação parental?”. Nas palavras dos autores,

É muito difícil lidar com casos nos quais os genitores não conseguem dialogar para resolver as questões dos filhos e, com todos os tumultos oriundos da disputa pela guarda ou convivência com a criança, efeitos e consequências aparecem, sendo um deles a prática de alienação parental. **Casos de alienação parental são mais comuns do que se imagina, não sendo difícil deparar-se atualmente com pais ou mães que estimulam o filho a repudiar o outro pai alienado. Nos conflitos envolvendo alienação parental, a criança deve ser protegida.** Este tema é objeto de muitas discussões nos dias atuais, vez que os casos que chegam às Varas de Família são recorrentes e demandam muita cautela ao serem analisados, pois a maioria dos problemas relativos à alienação parental não é de cunho jurídico, tratam antes, de questões emocionais ou psicológicas [...] Entende-se, conforme mencionado acima, a **alienação parental como a programação de uma criança por um dos genitores, para que passe a enxergar e idealizar o outro genitor de maneira negativa, nutrindo, a partir de então, sentimentos de ódio e rejeição por ele, e externando tais sentimentos.**

Perante o exposto, nota-se que todas as circunstâncias que envolvem as vidas dessas crianças que tem pais em situação de conflitos conjugais podem vir a acarretar sérios problemas como insatisfação, indisciplina, complexo de inferioridade e até mesmo depressão. E, assim, elas passam a acreditar que não são merecedoras de amor, vivenciando sentimentos de abandono, de culpa, de rejeição, de baixa autoestima, de ansiedade e até mesmo de síndrome do pânico.

E, além disso, também levam tudo isso para o convívio com os colegas e professores no contexto escolar. Segundo Santos (2018, p. 13):

O aluno com dificuldade de aprendizagem quer a causa seja orgânica ou social, revela algo, cuja responsabilidade não lhe pertence, na medida em que o seu crescimento biológico, psicológico e social depende fundamentalmente das atitudes dos adultos sociáveis que a envolvem. O aluno com dificuldade de aprendizagem quer a causa seja orgânica ou social, revela algo, cuja responsabilidade não lhe pertence, na medida em que o seu crescimento biológico, psicológico e social depende fundamentalmente das atitudes dos adultos sociáveis que a envolvem.

De acordo com a linha de pensamento de Baroni, Cabral e Carvalho (2015, acesso em 18 mar. 2020), o

[...] alienador procura o tempo todo monitorar o sentimento da criança a fim de desmoralizar a imagem do outro genitor. Tal situação faz com que a criança acabe se afastando do genitor alienado por acreditar no que lhe está sendo dito, fazendo com que o vínculo afetivo seja destruído, ao ser acometido pela

síndrome da alienação parental. [...] o que se vê na prática é que, existem vários tipos de situação. Por exemplo, de um lado, estão os genitores que alegam a prática de alienação parental – quando ela não existe – para tentarem se livrar de alguma acusação. De outro, existem os casos nos quais os genitores, sem justificativa razoável para tanto, tentam impedir o contato do filho com o outro (muitas vezes por não terem resolvidos as questões emocionais relativas à separação). Ambas as situações podem ser prejudiciais aos filhos e caberá ao magistrado responsável pelo julgamento da ação, com o auxílio da equipe interdisciplinar (assistentes sociais e psicólogos), verificar as circunstâncias de cada caso para avaliar quais medidas são possíveis em cada situação.

Assim, diante do conteúdo encontrado nos documentos pesquisados e analisados ficou perceptível que há a existência de conflitos familiares nas vidas de alguns alunos e, se os mesmos não forem bem conduzidos, podem influenciar e até mesmo interferir no processo de ensino e aprendizagem e também refletir nas relações sociais e interpessoais e nos fatores psicológicos dessas crianças.

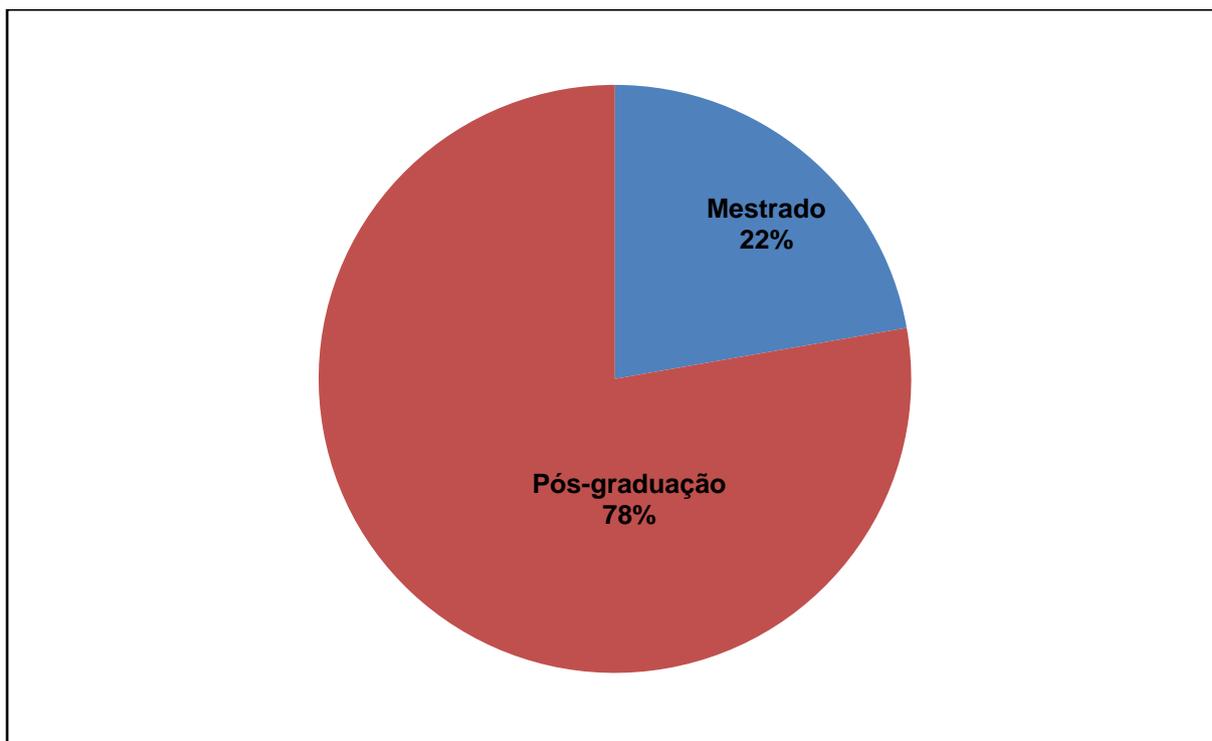
4.3 RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS

O questionário foi aplicado para os nove (9) professores regentes que atuavam a frente das turmas do 3º ao 5º ano. Na ocasião, buscou-se a melhor forma de manter a privacidade e a individualidade de cada profissional, especialmente, em virtude de se tratar de um assunto que envolvia informações complexas e que poderiam ser consideradas delicadas para alguns deles (até mesmo pelo vínculo afetivo com os alunos, entre outros).

E, para isso, optou-se por utilizar as nomenclaturas professor A, B, C, D, E, F, G, H e I visando respeitar o anonimato dos participantes. Neste contexto obteve-se as seguintes respostas e análises:

Na pergunta inicial foi questionado para os entrevistados qual era o grau de formação deles. Teve-se como respostas que dois (2) professores possuem Mestrado enquanto sete (7) deles tem Pós-graduação, conforme demonstra o Gráfico 3 a seguir.

Gráfico 3: Grau de formação dos professores



Fonte: Material elaborado pela pesquisadora (2020).

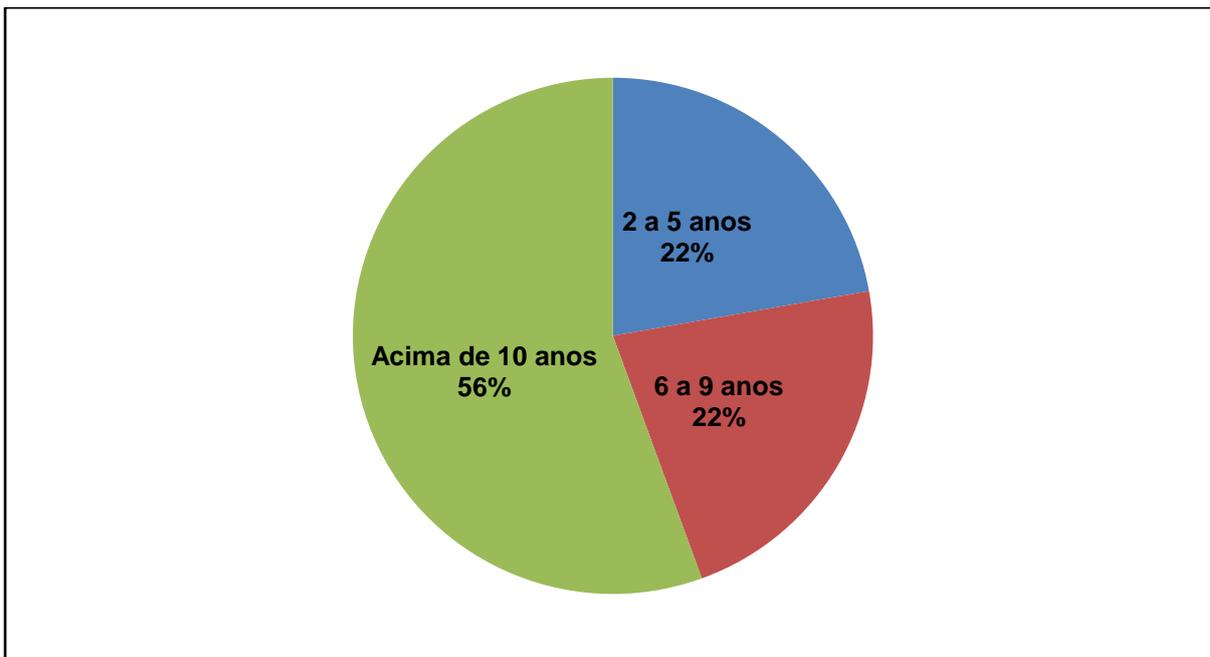
Percebeu-se que a maioria dos professores é de profissionais pós-graduados, isto é, 78% (o correspondente a sete educadores). Já os outros 22% dos respondentes se refere aos professores que possuem Mestrado, o que equivale a dois professores.

Na sequência foi perguntado em relação ao tempo de atuação de cada um deles no magistério. Obteve-se as respostas de que dois (2) possuem experiência no período entre dois (2) a cinco (5) anos, outros dois (2) deles possuem de seis (6) a nove (9) anos. E, por fim, os últimos cinco (5) professores possuem acima de dez (10) anos de magistério, o que equivale a grande parte dos participantes.

Os dados coletados possibilitaram perceber que mais da metade (isto é, 56% dos respondentes) possui grande experiência no magistério.

Na questão referente ao tempo de atuação nesta escola de Jaqueira os educadores responderam que dois (2) professores atuam num período de dois (2) a cinco (5) anos. Mais três (3) deles indicaram que exercem a função na escola em que a pesquisa foi realizada por um período de seis (6) a nove (9) anos e os outros quatro (4) professores atuam há cerca de dez (10) anos ou mais na referida escola.

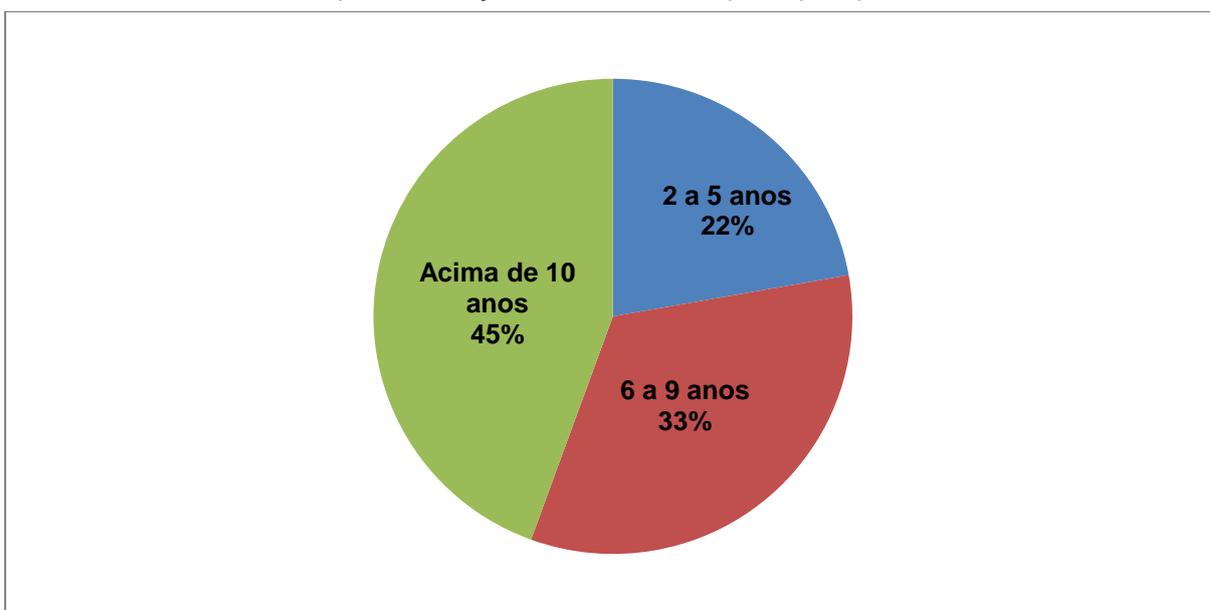
Gráfico 4: Tempo de serviço



Fonte: Material elaborado pela pesquisadora (2020).

Observou-se que os professores possuem conhecimento da realidade da escola, pois a maioria, isto é, 45% que atua há mais de dez (10) anos na escola em que a pesquisa foi realizada. Tem-se um grupo que atua de 6 a 9 anos correspondendo a 33,3% e um outro grupo que também atuam de 2 a 5 anos, o que equivale a 22%.

Gráfico 5: Tempo de atuação na escola em que a pesquisa foi realizada



Fonte: Material elaborado pela pesquisadora (2020).

Na pergunta concernente às atas dos resultados finais de 2019, foi questionado aos professores quantos alunos reprovados são filhos de pais em conflitos conjugais? O professor A respondeu que teve dois (2) alunos reprovados, o professor B também respondeu que teve dois (2) alunos reprovados e os demais responderam que tiveram 1 (um). O que deixa claro que os dados coincidem com a análise documental realizada na escola.

Quando questionados se no decorrer do ano letivo alguma coisa chamou atenção no comportamento e/ou atitudes desses alunos e o que seria os professores A e C responderam que percebiam que os alunos demonstravam achar que os pais não gostam mais deles.

Enquanto os professores B, D e H responderam que os alunos deles, além dos problemas de agressividade e de indisciplina, também demonstravam sentir falta de amor de um dos pais; os professores E e G responderam que o que mais lhes chamou atenção foi os alunos dizerem quase sempre que os pais “não estavam nem aí para eles”

Já os professores F e I responderam que sempre que tinham a oportunidade, em alguma situação, os alunos deles colocavam que não tinham nem pai nem mãe.

O que se pôde analisar é que esses alunos, além de problemas comportamentais, apresentaram carências afetivas e revoltas. Segundo Frimm (2017, p. 19, grifo nosso) relata é importante que haja por parte dos pais:

A demonstração do amor que sentem por seus filhos, por meio do diálogo e do respeito, deixando claro que a família não acabou, apenas se reestruturou, irá colaborar para que eles construam uma visão positiva sobre relacionamentos amorosos, permitindo que se desenvolvam mais saudáveis emocionalmente.

Foi solicitado aos professores que respondessem se eles acreditam que os conflitos conjugais dos pais podem interferir nas interações dos filhos enquanto alunos com os colegas na escola. Também foi pedido que justificassem e, com isso, foram obtidas as seguintes colocações: o professor A escreveu que não sabia (porque esses pais, este ano, nunca apareceram na escola); o professor B disse que não podia responder (porque nunca viu nem o pai e nem a mãe dos alunos dele).

Porém, o professor C respondeu que sim. O educador relatou que a avó diz que o neto briga mesmo com os colegas, pois eles provocam e ele não pode levar

desaforo para casa. O professor D respondeu que sim, pois as poucas vezes em que alguém apareceu na escola disse a ele que o(a) filho(a) é revoltado(a).

O professor E também afirmou que sim, pois a responsável pelo (a) aluno (a) disse que os colegas têm implicância com ele(a). O professor F também disse que sim, já que o avô do aluno(a) dele disse que não sabe mais o que fazer com o(a) neto(a) para que brigue menos na escola.

Enquanto isso, o professor G disse que não consegue falar, porque não conhece os pais. Já para o professor H isso era muito nítido, tendo em vista que já viu os pais brigarem na porta da escola. E o professor I afirmou que sim, pois foi possível perceber que eles batem na criança, devido à confusão deles no relacionamento conjugal.

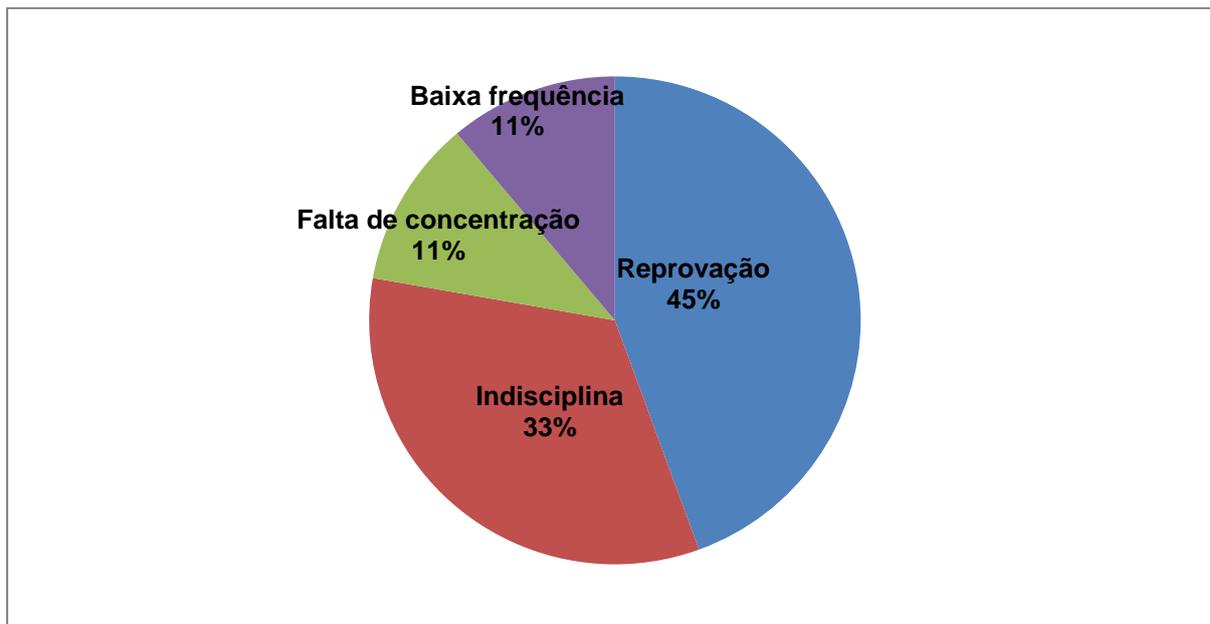
Com base nas colocações expostas pelos entrevistados nos dados apurados, ressaltou-se o fato de que os professores, em sua maioria, acreditam que os conflitos conjugais dos pais interferem de fato nas interações dos filhos com os colegas, pois nesta idade, a criança precisa de atenção e da aprovação dos pais.

Entretanto, é válido destacar aqui que caso isso aconteça, de forma alguma isso deve ser encarado pelos pais e/ou responsáveis de forma leviana ou simplesmente relevando sempre que esses alunos tiverem atitudes indevidas. Notou-se, também, que os avós de alguns deles estão perdidos e sem domínio sobre as crianças.

Percebe-se, então, conforme expõe Carvalho (2017, p. 10), que é preciso: “[...] buscar possíveis soluções para as questões emergidas na relação família-escola, partindo-se da premissa central de que os seres humanos são um produto de tudo o que aprendem”.

Em relação à pergunta referente aos problemas que enfrentaram com os alunos que são filhos de pais em conflitos conjugais, compreendeu-se que os professores foram muito pontuais quando responderam: professor A – Falta de concentração, professor B – reprovação, professor C – Indisciplina, professor D – Reprovação, professor E – Baixa frequência, professor F – Reprovação, professor G – Indisciplina, professor H – Reprovação e a professor I – Indisciplina.

Gráfico 6: Problemas enfrentados com os alunos



Fonte: Material elaborado pela pesquisadora (2020).

Nesta análise, notou-se que há muitas queixas dos professores em relação às questões de atitudes e comportamentos em sala de aula destacando a Reprovação com 45%, Indisciplina com 33%, Falta de concentração e Baixa frequência com 11% cada. Os autores Corso e Meggiato (2019, p. 11) afirmam que

Lidar com, e melhor compreender, as dificuldades de aprendizagem enfrentadas por muitos alunos é um desafio que oferece dúvidas e incertezas, em maior ou menor grau, para a grande maioria dos professores preocupados em propiciar uma aprendizagem efetiva para *todos* os seus alunos.

Ao responderem a pergunta sobre qual(ais) foram sua(s) intervenção(ões) mediante os problemas apresentados por esses alunos os professores A, B, D, F e H abordaram, em outras palavras, que buscaram atender individualmente aos alunos, ministraram atividades complementares e os encaminharam para aulas de reforço em turno alternado.

Os professores G e I disseram que conversaram com os alunos várias vezes em particular, que já fizeram inúmeros encaminhamentos para a coordenação de turno e que foram enviados bilhetes para os responsáveis. O professor E abordou que, além de ter enviado bilhetes aos responsáveis, a escola encaminhou a situação de faltas para o Conselho Tutelar.

De acordo com Santos (2015, p. 13):

Nós, educadores, ficamos com a responsabilidade de tentar contribuir para a formação do caráter desses alunos que, muitas vezes, têm pais ausentes sem o cuidado e sem o carinho, a vida não tem sentido, e a chama da vida tende a se extinguir rapidamente. Portanto, o processo de ensino e aprendizagem precisa acontecer em um ambiente que proporcione criatividade, respeito mútuo, que trabalhe a autoestima e o prazer de estar adquirindo novos conhecimentos.

Em relação a pergunta acerca de qual(ais) foi(ram) as intervenções da escola na situação do(s) aluno(s) que tem pais separados os professores fizeram as seguintes colocações: os professores, de um modo geral, afirmaram que a escola além de realizar reuniões de pais trimestralmente, convocava-os de forma particular para expor as dificuldades que estavam sendo enfrentadas com os filhos deles.

Vale destacar que o professor E afirmou que os responsáveis pelo aluno(a) dele nunca compareceram à escola. E, desse modo, a escola encaminhou os dados e a situação da criança para o Conselho Tutelar.

Corso e Meggiato (2019, p. 15) afirmam que:

Destacamos a importância [...] uma vez que possibilita que a escola, juntamente com a equipe de professores, possa rever sua ação pedagógica e atuar mais de perto diante de alguns casos específicos. Do mesmo modo, os dados levantados neste trabalho revelam que é urgente a formação de políticas públicas de valorização efetiva da educação escolar e que também se ocupem da problemática das dificuldades de aprendizagem.

Na pergunta sobre de que forma acontece a participação desses pais na vida escolar dos filhos e se os dois participam, os professores A, B e D indicaram que apareceram em umas duas (2) reuniões de pais. Os professores C, G e I afirmaram que os responsáveis só aparecem quando convocados por bilhete advertindo que os estudantes serão encaminhados para o Conselho Tutelar. O professor E respondeu que nunca teve contato com algum responsável pelo aluno(a) dele.

O autor Alves (2014, p. 165) enfatiza:

[...] o ideal para uma política de interação entre escola e famílias seria levar o entendimento do contexto do aluno na sua família e, posteriormente se efetivar um contrato informal daquilo que os pais podem contribuir. Em função disso a escola se reorganizaria em sua estrutura pedagógica e curricular para atender com mais acuidade os alunos que não podem esperar de seus pais uma ajuda eficaz.

O questionamento seguinte foi relacionado à ausência de um desses pais em conflitos conjugais na vida escolar dos filhos. Se isso tem gerado algum tipo de

problema na escola. O professor A respondeu que além de falta de concentração o(a) aluna(a) demonstra timidez e insegurança. Os professores B, D, F e H de modo geral disseram que não aparecem na escola e pouco ou não enviaram os filhos para aulas de reforço em turno alternado.

Os professores C, G e I expuseram que são avós ou tios(as) que criam os alunos e demonstraram não ter domínio sobre as crianças. E, o professor E respondeu que isso tem gerado ausência na escola, pois ora a criança está com o pai e ora com a mãe (ou outro adulto responsável).

Alves (2014, p. 148) discorre que

Nesses momentos o importante é saber como lidar quando os resultados obtidos não correspondem à expectativa. É fundamental que a família dê condições para que a criança possa enfrentar o desafio, como também reflita com ela como buscar tais condições quando não se sai bem.

Quando questionados se há ou houve algum caso de guarda compartilhada na turma em que lecionam e/ou lecionaram e como cada profissional vê essa questão as respostas foram variadas. O professor A, por exemplo, abordou o fato de que já teve várias experiências com crianças que chegavam e saíam da escola somente com o pai ou só com a mãe, mas que não sabe se oficialmente se tratavam de guardas compartilhadas.

Já os professores B, C e D disseram que tem experiências de lidar com crianças que são criadas pelos avós, mas não sabem qual é a situação conjugal dos pais. Enquanto o professor E afirmou que o atual aluno desta pesquisa é um caso de guarda compartilhada. E que, em função disso, observou o aluno um tanto perdido, faltoso mal-humorado e triste.

E os professores F, G, H e I pontuaram que têm dificuldade de entender algumas situações dos pais.

Nas palavras de Frimm (2017, p. 17, grifo do autor) a escola, na figura do professor,

[...] não precisa entrar nos detalhes sobre os motivos da separação (dependendo da idade em que está a criança não conseguirá compreender a situação como realmente é), mas **procure ser claro** sobre a nova situação familiar. Não é necessário, nem saudável, inventar mentiras ou desculpas como viagens, por exemplo.

Prosseguindo, os professores responderam à pergunta direcionada a responder se eles achavam que os conflitos conjugais entre os pais interferem no rendimento escolar do filho e de que forma isso ocorre. O professor A respondeu que se o casal souber separar bem as coisas, não há interferência.

Entretanto, os professores B, C, D, E, F, G, H e I foram unânimes ao responderem enfaticamente que sim, especialmente em virtude de tudo o que vivenciaram e acompanharam com os alunos em sala de aula ao longo do ano de 2019.

Neste contexto, Frimm (2017, p. 23) afirma que

A separação é um momento delicado para toda a família e, por menor que sejam as crianças percebem as mudanças ao redor. [...] Seja claro quanto à nova **rotina**: o que precisará ser mudado, como funcionará as idas à escola, como será o dia a dia da criança (em qual das duas casas vai dormir, e em quais dias da semana, com quem passará os fins de semana). Tendo tudo estabelecido, esforce-se ao máximo para manter a rotina combinada.

Na sequência foi perguntado aos professores se há diferença no desempenho escolar dos alunos que tem pais em conflitos conjugais, em relação aos demais alunos da turma. Foi pedido que justificassem as respostas. Todos os professores foram unânimes em afirmar que sim e fizeram as seguintes justificativas: o professor A abordou que a situação mexe com a cabeça das crianças; o professor B que as crianças ficam perdidas e não sabem a quem recorrer nas tarefas de casa. Já o professor C argumentou que a criança fica sem limites, enquanto o professor D sintetizou ao afirmar que a criança acaba não tendo sucesso escolar.

Por outro lado, os professores E e I colocaram que as crianças ficam sem referências, os professores F, e G apontaram que a criança fica com falta de vínculo. Por fim, o professor H enfatizou que mexe com o emocional das crianças.

Frimm (2017, p. 20, grifo do autor) faz a seguinte abordagem:

A separação é um momento difícil para toda a família. Tanto o casal quanto os filhos de pais separados sentem os **reflexos da nova situação familiar**. No entanto, durante e após o processo de separação, os pais podem adotar algumas atitudes que ofereçam maior segurança emocional aos filhos.

Diante da pergunta sobre participação, isto é, se achavam importante que os pais com conflitos conjugais participem da vida dos filhos todos os professores afirmaram que sim. Contudo, o professor C destacou que o casal precisa saber

separar bem a situação conjugal do relacionamento entre pais e filhos, e pensar nas crianças que estão no meio desse relacionamento.

Assim, Frimm (2017, p. 17) complementa com a seguinte abordagem:

Frequentemente, os filhos demoram a se adaptar à nova realidade de conviverem com os pais em ambientes distintos. As crianças, em especial, costumam sentir muito a falta do pai ou da mãe ausente e se protegem sonhando ser a separação algo reversível e provisório. Isso é algo natural, uma tentativa das crianças de restaurar o lar perdido.

Para finalizar, os professores deveriam deixar um comentário em relação à influência dos conflitos conjugais no processo de ensino e aprendizagem. O professor A argumentou que os conflitos devem ser construtivos e ajudar na resolução dos problemas que são gerados com os filhos ao invés de viverem brigando.

Por outra perspectiva, o professor B fez a seguinte abordagem: “Quando ocorrem os conflitos conjugais na presença da criança, os pais devem explicar para os filhos que os conflitos foram resolvidos”. Já o professor C alertou que muitos pais que vivem em conflitos conjugais, acabam trocando agressões verbais e/ou físicas entre eles e perto dos filhos, o que pode afetar ou até mesmo atingir (fisicamente) as crianças.

O professor D disse que acredita que a escola deve criar ações que promovam mais relações com as famílias, em especial com os casais em conflitos conjugais e a comunidade indicando possibilidades de refletir a situação psicológica dos filhos. O professor E afirmou que os conflitos conjugais não devem faltar com o respeito. O professor F abordou o fato de que os pais devem esclarecer os conflitos para que isso não seja uma ameaça ao relacionamento deles com os filhos.

Continuando, o professor G expôs que o casal em conflitos conjugais deve ter cuidado para não ameaçar a estabilidade da família e da criança. O professor H apontou que é necessário criar políticas públicas para que a gestão escolar vislumbre parcerias para o desenvolvimento de projetos em conjunto com outros setores e/ou instituições. Assim, poderão ser realizados eventos para os pais em conflitos conjugais, visando trabalhar um olhar sobre as fragilidades dos filhos.

E, o professor I manifestou que os pais em conflito conjugal grave devem desenvolver estratégias construtivas, para que possam ajudar as crianças a

desenvolverem comportamentos positivos nas mais diversas situações. Quanto a isso, Sousa (2015, p. 19) reforça

[...] a importância da família no processo educacional, sendo que a mesma tem um papel fundamental na construção da identidade, do conhecimento e da cidadania no desenvolvimento e formação da criança. [...] a relação da escola com a família dos alunos, a convivência diária entre professores, diretor, pais e alunos, se a participação da família implica no desenvolvimento escolar dos alunos [...]

Vale ressaltar que os professores relataram que perceberam a falta de estrutura familiar e alguns problemas de conflitos conjugais quando conversava com as mães, pais, avós ou outros responsáveis pelos alunos deles.

Perante esse prisma, Carvalho (2017, p. 110) faz a seguinte abordagem:

A família é o primeiro sistema em que o ser humano se insere, na sociedade, por meio do qual começa a estabelecer seu vínculo com o mundo. Esta possibilidade mostrou-se viável do ponto de vista da participação familiar e contexto escolar. Por sua vez, o papel da escola encontra-se alicerçado nas questões relacionais, na habilidade de lidar com o novo. Por isso, compete à escola tornar o indivíduo um cidadão capaz de exercer a sua cidadania, bem como reconhecer suas heranças socioculturais.

Diante do exposto, pode-se assegurar que estas análises serviram de reflexão para se compreender mais a fundo a situação dos alunos que vivem com pais em conflitos conjugais e as relações entre escola e família, bem como as implicações no desempenho escolar dessas crianças.

Partindo dessa premissa e também visando atender às exigências de finalização e aprovação no curso de Mestrado Profissional, foi elaborado o produto final desta dissertação, com o objetivo de

[...] procurar contribuir para a produção, apropriação e aplicação do conhecimento embasado no rigor metodológico e nos fundamentos científicos, com foco na pesquisa aplicada e a proposição de inovações e aperfeiçoamentos tecnológicos para a resolução de situações e problemas concretos. O Art. 7, § 3º da Portaria Normativa CAPES n. 17, de 28 de dezembro de 2009 estabelece diferentes formatos para o Trabalho de Conclusão Final do Curso, [...] de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso (UFRB, acesso em 21 maio 2020).

Este guia didático (APÊNDICE B) é um material que foi elaborado com ações práticas para auxiliar e contribuir, de forma significativa, permitindo que os alunos

oriundos de conflitos conjugais aprendam a lidar com as situações que afetam os processos cognitivos e emocionais deles.

O mesmo foi projetado com algumas práticas pedagógicas que devem e precisam ser potencializadas pelos professores e/ou profissionais da escola, conforme evidenciaram os resultados encontrados com essa pesquisa. Espera-se que as práticas sugeridas permitam aos educadores vivenciar experiências pedagógicas que sejam satisfatórias, que visem focalizar a superação das problemáticas e fragilidades dos alunos provenientes de famílias em conflitos conjugais.

Franco (2015, p. 601) faz a seguinte abordagem:

[...] a consideração de que as práticas pedagógicas se configuram na mediação com o outro, ou com os outros, e é esse outro que oferece às práticas seu espaço de possibilidade. [...] que pode esclarecer e indicar reflexões [...] da pesquisa-ação pedagógica como instrumento de mediação.

Dessa forma, realizou-se uma seleção de orientações que envolvem atividades lúdicas, ações e textos que permearam a formulação das 19 orientações que compõem esse material. Com base nas informações e nos dados que foram revelados pela pesquisa científica este guia disponibilizará contribuições para a prática dos profissionais da escola e da Educação como um todo, buscando ser uma proposta de intervenções que devem ser realizadas de forma contínua e potencial.

Vale ressaltar que este guia didático (APÊNDICE B) foi planejado e idealizado para ser trabalhado anteriormente com os professores, para também oportunizar a troca de experiências entre esses profissionais. Assim, acredita-se que será possível auxiliar de fato no dia a dia dos educadores, dentro e fora das salas de aula, com os alunos, principalmente aqueles que são provenientes de famílias em conflitos conjugais.

Portanto, as 19 orientações sugeridas contemplam desde propostas práticas para utilizar em sala de aula e em tarefas de casa, sugestões de leituras, até a indicação de acompanhamentos de alunos e de atividades para familiares e/ou responsáveis. Desta forma, espera-se colaborar com a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, pois isso constitui um fator preponderante para amenizar as dificuldades enfrentadas na escola.

Seguindo esta linha de pensamento, as autoras Oliveira e Silva (2019, p. 15-16, acesso em 20 maio 2020) produziram o estudo “*Intervenções pedagógicas do*

professor em relação a conflitos percebidos entre os alunos durante as aulas de Educação Física” concernente ao tema que foi trabalhado nesta dissertação, em que relatam a importância de quando os educadores:

[...] estabelecem relação entre a presença de conflitos e possíveis oportunidades para educar para o estabelecimento de relacionamentos interpessoais pautados na compreensão do ponto de vista do outro. [...] nos encontros com os professores foi possível perceber que ainda é incipiente a compreensão sobre como age um mediador em situações de conflito e como ele pode ser utilizado para ensinar a compreender as diferenças entre as pessoas. Isso fica evidente quando relatam utilizar algumas formas de resolução baseadas na punição como encaminhar para conversar com a Coordenação Pedagógica, ou guardar o celular, ou atribuir trabalhos adicionais. O processo de mediação tem por objetivo dar luz às diferenças existentes entre partes que não conseguem alcançar a solução por elas mesmas. Cabe ao mediador ajudar as partes a encontrarem, de comum acordo e espontaneamente, uma resolução reciprocamente aceitável sobre o tema em disputa, promover a conciliação por meio da cooperação e da comunicação.

As articulistas também ponderam nesse estudo o fato de que os educadores são mediadores e, por isso, acabam se envolvendo nos processos de conflitos buscando auxiliar no diálogo entre as partes envolvidas ou indicando e sugerindo algum tipo de negociação ou mesmo acordos possíveis.

Dessa forma, em concordância com as autoras, espera-se que as atividades aqui relatadas possam ampliar as possibilidades pedagógicas de todos os docentes. Compreende-se que as práticas com o envolvimento do corpo e das narrativas orais deveriam perpassar por todas as áreas do conhecimento, proporcionando saberes em movimento.

Além disso, almeja-se contribuir com os professores e demais profissionais da escola na elevação de suas capacidades de elaboração de novas estratégias e processos de entendimentos, questionamentos, mediações e utilização dos conhecimentos (científicos, práticos e tecnológicos) para melhoria da autoestima dos alunos, as reflexões do papel de cada um como ser humano, bem como de membros da família buscando interagir e respeitar as individualidades que cada indivíduo possui e, conseqüentemente, na melhoria do processo de ensino e aprendizagem nos diversos níveis dele.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos realizados para a pesquisa, ficou nítido que os conflitos familiares têm sido causas de interferência no processo de ensino e aprendizagem de muitos alunos. Portanto, hoje esses conflitos conjugais têm sido mais amplamente investigados em pesquisas, especialmente em função do impacto percebido no desenvolvimento dos filhos, com o objetivo de apresentar reflexões e sugestões sobre os efeitos deles no comportamento dos alunos na escola.

Inúmeros autores têm dado ênfase à perspectiva de causalidade sistêmica entre os conflitos familiares e o desenvolvimento infantil, o que possibilita uma melhor compreensão da dinâmica no relacionamento familiar e permite, com isso, uma ampliação do escopo de análise para que se possa ir além das correlações lineares entre ambas as variáveis.

Neste contexto, após os materiais terem sido coletados e analisados tornou-se possível afirmar que impactam direto dentro da escola, refletindo nas aulas, no comportamento e nas atitudes dos alunos, que mudam ao longo do tempo, na medida em que as famílias passam por diferentes tipos de conflitos.

Vale ressaltar, que a escola tem o papel contribuir na resolução de conflitos familiares do aluno, porque isso é de grande importância para o desenvolvimento integral dessa criança desde que sejam respeitadas as suas individualidades.

Foi possível constatar as principais dificuldades de aprendizagem e as fragilidades dos professores e da escola para lidar com os alunos com problemas de aprendizagem e até mesmo comportamentais provenientes de casais em conflitos conjugais.

Pode-se dizer que essa dificuldade de aprendizagem somente será superada parcial ou totalmente, quando os pais buscarem administrar os conflitos conjugais respeitando os filhos, o espaço deles em todas as dimensões psíquicas, sociais, cognitivas e emocionais. E que na escola, essas crianças possam receber estímulos (e que esses sejam correspondentes fiéis às necessidades delas) respeitando a individualidade e o ritmo de aprender de cada um e também as potencialidades delas.

Destaca-se aqui o fato de que esta pesquisa oportunizou um mapeamento dos alunos com as próprias fragilidades associando-os a pais que vivem em conflitos familiares. Este estudo permitiu identificar o que tem afetado o processo de ensino e

aprendizagem desses educandos, por intermédio da realização de análises documentais e pela aplicação de questionário com os referidos professores regentes dos mesmos.

Sendo assim, foi possível elaborar sugestões de ações práticas que visam contribuir de forma significativa no processo de mediação, interação, de ensino e aprendizagem dos referidos alunos.

Porém, quando os conflitos são gerados pela separação judicial, é necessário que haja uma proteção ao(s) filho(s), se for(em) menor(es), pois ele é a parte frágil do relacionamento. E, para tanto, tem-se a Lei nº 8.069/90, que criou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegura os direitos dele(s).

Diante disso, foi possível constatar as principais dificuldades de aprendizagem e as fragilidades dos professores e da escola para lidar com essa problemática em virtude das interferências dos conflitos conjugais no processo de aprendizagem como agravante.

Perante todo esse panorama, para finalizar essa ideia de relações, reflexos e impactos dos conflitos conjugais, compreende-se e é válido observar que o conceito de família vem a cada dia se adaptando à realidade imposta pela sociedade. A legislação teve que se ajustar a estas mudanças, visto que há diferentes tipos de união, além do fato de que muitas não são duradouras. Isso tem acarretado em uma realidade com muitos filhos de pais separados, divorciados ou até mesmo solteiros.

Isso tem feito aumentar o número de famílias nas quais o pai e a mãe assumem o mesmo papel. Porém, o que se observa com maior frequência é que a mulher adquire a guarda bem como assume toda a responsabilidade pela educação e pela criação de seus filhos.

Há ainda há os casos em que as crianças são criadas por familiares próximos ou parentes, conforme evidenciado pelos entrevistados. Portanto, o uso de estratégias adequadas na resolução de conflitos familiares constitui um fator preponderante para a satisfação de todos, principalmente das crianças.

Dessa forma, acredita-se que esta dissertação pode ser considerada um conteúdo de grande relevância, pois além de ter alcançado os objetivos propostos leva a uma reflexão e às sugestões de ações sobre fazeres pedagógicos no contexto educacional. Afinal, sabe-se que a prática educativa é capaz de influenciar a família e

os professores a terem um olhar mais apurado na formação e no desenvolvimento desses alunos.

Assim, indica-se que seja realizada, posteriormente, a continuidade desta pesquisa como forma de melhorar a qualidade do ensino, levando em consideração os aspectos orgânicos, cognitivos, emocionais, sociais e pedagógicos dessas crianças (que tem pais em conflitos conjugais ou em processo de separação).

Pode-se destacar que compete a escola, juntamente com os pais e/ou responsáveis, buscar o equilíbrio das fragilidades e das dificuldades que possam vir a surgir, especialmente pelo fato de que, juntos, devem cumprir o papel social da Educação fortalecendo a base da sociedade.

Além disso, é necessário mencionar que se trata da possibilidade de impulsionar uma constante reflexão sobre a prática pedagógica que tem sido realizada e tudo o que pode ser feito para fortalecer e potencializar a mesma e os conhecimentos dos educadores. Por conseguinte, isso poderá gerar profissionais mais capacitados a auxiliar esses alunos que apresentam dificuldades ou problemas no processo de ensino e aprendizagem nas séries iniciais por influência dos conflitos conjugais.

Observou-se que estes podem originar inúmeras implicações nas crianças, dentre elas: o surgimento e/ou a manutenção de problemas de comportamento dos alunos, dificuldade de aprendizagem das crianças, entre outras que podem gerar prejuízos para as crianças, seja direta ou indiretamente. Com isso, as crianças acabam ficando expostas a altos níveis de conflitos, por vezes com brigas frequentes e intensas, que podem chegar até as vias de fato, em atitudes agressivas com palavras e/ou mesmo fisicamente.

Como reflexo disso, as consequências são comportamentos diversos das crianças, dentre eles, agressividade, rebeldia, insegurança, timidez e até mesmo, baixa autoestima etc. E, conforme relatado pelos professores que responderam ao questionário, no processo de ensino e aprendizagem ficaram perceptíveis alguns indícios de sinais de ansiedade, retraimento social nas crianças, comportamento agressivo, dificuldade de aprendizagem, desânimo, bem como uma série de problemas emocionais que podem vir a evoluir decorrentes de conflitos conjugais dos pais desses alunos.

Diante do cenário apresentado, optou-se por elaborar o guia didático (APÊNDICE B) que traz sugestões de ações práticas para contribuir de forma significativa no processo de ensino e aprendizagem.

Vale ainda reafirmar que esta pesquisa pode e deve ser um caminho promissor na busca de formação continuada para professores, pois desta forma serão dadas oportunidades de trocas frequentes de experiências entre a produção acadêmica e a prática comum da sala de aula.

REFERÊNCIAS

ABREU, Sandra Elaine Aires de. **Pesquisa e análise documental**. Disponível em: <www.unievangelica.edu.br/gc/imagens/noticias/1817/file/01.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

ALMEIDA, Paulo Nunes de. Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo, SP: Loyola, 2008. In: **A importância do lúdico na Educação Infantil**: Benefícios e importância do lúdico e como ele promove na educação infantil uma prática educacional de conhecimento de mundo, oralidade, regras e socialização. Portal Brasil Escola. Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-importancia-ludico-na-educacao-infantil.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

ALVES, Leandro Gaspareti. **Possibilidades, limites e contradições nas relações família e escola (não) mediadas por política de governo**. Campinas: PUC-Campinas, 2014.

BARONI, Arethusa; CABRAL, Flávia Kirilos Beckert; CARVALHO, Laura Roncaglio de. **O que é alienação parental?** Disponível em: <https://direitofamiliar.com.br/o-que-e-alienacao-parental/#_ftn3>. Acesso em: 18 mar. 2020.

BATTISTELLA, Viviane. **A sociedade mudou, e as famílias também**. 2015. Disponível em: <obviousmag.org/vida_manual_do_usuario/2015/a-sociedade-mudou-e-as-familias-tambem.html>. Acesso em: 26 mar. 2020.

BOLZE, Simone Dill Azeredo *et al.* **Conflitos conjugais e parentais em famílias com crianças**: características e estratégias de resolução. Ribeirão Preto: vol. 27, supl. 1, 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 18 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010**. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm. Acesso em: 18 mar. 2020.

CABRAL, Hideliza Lacerda Tinoco Boechat *et al.* **Mediação de conflitos no direito das famílias**. 2015. Disponível em: <http://www.lex.com.br/doutrina_27073628_MEDIACAO_DE_CONFLITOS_NO_DIREITO_DAS_FAMILIAS.aspx>. Acesso em: 02 jan. 2020.

CARVALHO, Andressa. **A família na atualidade**. 2018. Disponível em: <https://www.inesul.edu.br/universidadevirtual/.../artigo_a_familia_na_atualidade>. Acesso em: 08 jul. 2019.

CARVALHO, Edson Evangelista. **A participação da família na escola e as suas implicações na formação social da criança**. 2017. Disponível em: <<https://psicologo>>

gado.com.br/psicologia-geral/desenvolvimento-humano/a-participacao-da-familia-na-escola-e-as-suas-implicacoes-na-formacao-social-da-crianca>. Acesso em: 03 jan. 2020.

CASARIN, Nelson Eliton Fonseca. **Família e aprendizagem escolar**. Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007. 86 p. Disponível em: http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/24/TDE2007-04-12T143957Z-499/Publico/389091.pdf. Acesso em: 25 fev. 2020.

CHRISTIANO, Renata Martins; NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. **A família na contemporaneidade**: os desafios para o trabalho do serviço social. Em Debate, 2, nº 11, pág. 32-56. 2013.

CORSO, Luciana Vellinho; MEGGIATO, Amanda Oliveira. **Quem são os alunos encaminhados para acompanhamento de dificuldades de aprendizagem?** Porto Alegre, RS: PPG/EDU, FAGED/UFRGS, 2019.

COSTA, Alessandra de Camargo; FONTES, Maria Alice, 2010. **Os meus, os seus e os nossos**: a família reconstituída em pauta. Disponível em: <<http://plenamente.com.br/artigo.php?FhIdArtigo=112>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. São Paulo: PAZ E TERRA, 2004.

COUTO, Margaret Pires do. **O fracasso escolar e a família**: o que a clínica ensina? Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFGM, 2011.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 10. Ed. ver, atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

ELIAS, Cristiani Gomes; JACOBY, Nadia. **Dificuldade de aprendizagem**: percepções dos professores do Ensino Fundamental I da Escola Municipal de Educação Básica Figueira. Portal Psicologado. Psicologia escolar. 2015. Disponível em: <<https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-escolar/dificuldade-de-aprendizagem-percepcoes-dos-professores-do-ensino-fundamental-i-da-escola-municipal-de-educacao-basica-figueira>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

FELIPPI, Geisa; ITAQUI, Luciara Gervasio. **Transformações dos laços vinculares na família**: uma perspectiva psicanalítica. Pensando fam. vol.19 no.1 Porto Alegre jun. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000100009>. Acesso em: 15 set. 2019.

FEIJÓ, Marianne Ramos, **Conflito trabalho-família**: um estudo sobre a temática no âmbito brasileiro. Porto Alegre: Pensando fam. vol.21 no.1, jul. 2017.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Práticas pedagógicas de ensinar-aprender**: por entre resistências e resignações. São Paulo: Educação e Pesquisa, v. 41, n. 3, p. 601-614, jul./set. 2015.

FRIMM, Anna. **Filhos de pais separados**: como evitar que o fim da relação afete as crianças. 2017. Disponível em: <<https://zenklub.com.br/filhos-pais-separados/>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

FURTADO, Nina Rosa *et al.* (Org.). **Limites**: entre o prazer de dizer sim e o dever de dizer não. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GARCIA, Regina Leite. **Novos olhares sobre a alfabetização**. Editora: Cortez. 2001.

GOMINHO, Leonardo Barreto FERRAZ; Aline. **Responsabilidade civil dos pais por atos praticados pelos filhos menores**. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/48331/responsabilidade-civil-dos-pais-por-atos-praticados-pelos-filhos-menores>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Gabriela. **O papel da mulher**: da antiguidade à contemporaneidade. 2017. Disponível em: <<https://encenasaudemental.com/post-destaque/o-papel-da-mulher-da-antiguidade-a-contemporaneidade/>>. Acesso em: 31 jan. 2020.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro. Volume 6. **Direito de família** – de acordo com a Lei nº 12.874/2013. Carlos Roberto Gonçalves. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GONTIJO, Segismundo. **Do instituto da união estável**. Escritório de Advocacia Segismundo Gontijo, Juliana Gontijo e Fernando Gontijo. Disponível em: <<http://www.gontijo-familia.adv.br/monografias/mono03.html>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

GUIMARÃES, Maria Inês Sabino. **O uso das tecnologias de informação e comunicação para a construção de conhecimento no sistema de aprendizagem no Ensino Médio Integrado do IFMG**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Mineira de Educação (FUMEC). Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento. Belo Horizonte: 2016. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/77850593-Maria-ines-sabino-guimaraes.html>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. **Pesquisa documental**: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. 2015. Disponível em: <<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq/2015/article/view/252/248>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

LEITE, Francisca Oleania Torquato. **Família e Escola**: parceria necessária para erradicar o fracasso escolar. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Ciências da Educação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Instituto de Educação. Lisboa. 2015. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/6276/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20FRANCISCA%20OLEANIA.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

MARQUES, Deysiane. **A mediação e os conflitos familiares**: repercussão com a guarda compartilhada. 2019. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/72329/a-mediacao-e-os-conflitos-familiares-repercussao-com-a-guarda-compartilhada>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

MATTOS, Amanda Rocha *et al.* **O cuidado na relação professor-aluno e sua potencialidade política**. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v18n2/v18n2a24.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

OLIVEIRA, Andréia Camila de; SILVA, Sheila Aparecida Pereira dos Santos. **Intervenções pedagógicas do professor em relação a conflitos percebidos entre os alunos durante as aulas de educação física**. Maringá: Phys. Educ. vol. 29, 2019. Artigo disponível nas versões impressa e digital. SCIELO. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2448-24552018000100159&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 maio 2020.

OLIVEIRA, Leidiane Pereira de. **Uma relação tão delicada**: a participação da família no processo de aprendizagem de crianças do Ensino Fundamental de 1^a a 4^a série e classes de Alfabetização. Universidade da Amazônia. Belém- Pará. 2001. 45 p. Disponível em: http://www.nead.unama.br/bibliotecavirtual/monografias/RELA-CAO_DELICADA.pdf. Acesso em: 14 mar. 2020.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed. 2000.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco; ALVES, Angela Limongi Alvarenga. **Direito à educação e direitos na educação em perspectiva interdisciplinar**. São Paulo: Cátedra Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de Direito à Educação da Universidade de São Paulo (USP). 2018. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Direito_a_educacao_e_direitos_na_educacao.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

RIBEIRO, Anna Paula. **A família e a aprendizagem**. 2015. Disponível em: <<https://tu-tores.com.br/blog/a-familia-e-a-aprendizagem/>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

SANTANA, Clara Vanessa Maciel de Oliveira e Rocha. **A família na atualidade**: novo conceito de família, novas formações e o papel do IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família). Aracaju: Universidade Tiradentes, 2015.

SANTOS, Daiane Del Massa; ROIM, Talita Prado Barbosa. **A interferência da separação familiar na aprendizagem infantil**. 2015. Disponível em: <aip.revista.inf.br/i-magens_arquivos/arquivos_destaque/EU5WfXL28lhD73U_2015-5-18-22-9-51.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

SANTOS, Euzila Pereira dos. **Dificuldades de aprendizagem nas séries iniciais do Ensino Fundamental**. Goiás: Faculdade de Educação – FE. Universidade de Brasília – UnB, 2015.

SANTOS, Flávio Reis dos. **As transformações sofridas pela família e pela escola no mundo contemporâneo**. 2013. Disponível em: <<https://www.cibs.cbciss.org/arquivos/A%20CENTRALIDADE%20DA%20FAMILIA%20NAS%20POLITICAS%20SOCIAIS%20DA%20ASSITENCIA%20SOCIAL%20E%20SAUDE.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

SANTOS, Lenilda Pereira dos. **A desestrutura familiar prejudica o processo ensino aprendizagem**. 2018. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV117_MD1_SA1_ID2595_13072018232829.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2020.

SANTOS, Marivaldina Bulcão dos. **A pesquisa bibliográfica como instrumento emancipatório nos alunos de educação a distância**. Salvador: Estudos IAT, v.4, n.1, p. 57-68, mar., 2019.

SANTOS, Natália Batista dos; SOUZA, José Francisco de. **Afetividade e aprendizagem: a influência do processo de separação de casais na aprendizagem da criança dos anos iniciais**. Brasília: 2009. Disponível em: file:///E:/new1_artigo.htm#UzXIKvldVe8. Acesso em: 15 mar. 2020.

SILVA, Adriana Florenço da; SILVEIRA, Fabrício Cardoso da. **As inovações da guarda compartilhada à luz da lei 13**. 2013. Disponível em: <www.ienomat.com.br/revistas/journals/articles/submission/review>. Acesso em: 03 nov. 19.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. **Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos**. Qualit@s Revista Eletrônica ISSN 1677 4280 Vol. 17. nº 1, 2015. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/291>>. Acesso em: 29 mar. 2020.

SILVA, Marcio Eduardo da. **Como fazer a abordagem pedagógica de alunos com dificuldade de aprendizagem?** Diversa Educação Inclusiva na prática. 2018. Disponível em: <<https://diversa.org.br/forum/como-fazer-abordagem-pedagogica-alunos-com-dificuldade-de-aprendizagem/>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco. **Aprendizagem significativa: o lugar do conhecimento e da inteligência**. Disponível em: <<https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/.../aprendizagem-significativa-recupera>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

SOARES, Jiane Martins. **Família e escola: parceiras no processo educacional da criança**. Macapá. Online. 21 p. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/imagens/artigos/educacaoetecnologia/ARTIGOFAMILIA-ESCOLA-.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2020.

SOUSA, Sandy Kelli de Barros. **A importância da participação da família na aprendizagem dos alunos**. Piauí: UFPI, 2015.

SOUZA, Sarah Danielle Cardoso de. **Divórcio dos pais e dificuldades na aprendizagem dos filhos: A importância da família no processo de ensino-aprendizagem**. Editora Realize. 2014. Disponível em: <<http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/tra>>

balhos/Modalidade_1datahora_14_11_2014_11_26_41_idinscrito_2758_8115825674dc52b43ba4c6cd32a24452.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2020.

TABILE, Ariete Fröhlich; JACOMETO, Marisa Claudia Durante. **Fatores influenciadores no processo de aprendizagem**: um estudo de caso. Disponível em: <pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103>. Acesso em: 07 jul. 2019.

UFRB, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **O produto final no âmbito do Mestrado Profissional**. Disponível em: <https://www1.ufrb.edu.br/ppgeducampo/formato-do-curso/2-uncategorised/37-o-produto-final-no-ambito-do-mestrado-profissional>. Acesso em: 21 maio 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES DOS ALUNOS REPROVADOS NAS SÉRIES INICIAIS

Entrevista para trabalho de pesquisa da mestrande Marilene Almeida Gomes Machado

Público-alvo: Professores das turmas do 3º e do 5º ano do Ensino Fundamental

Professor(a),

Esta é uma pesquisa acadêmica que busca coletar dados para embasar a minha dissertação de mestrado. Conto com a sua colaboração e garanto o anonimato de tudo. Suas informações são de muita importância para esta pesquisa. Assim, conto com toda sinceridade!

Obrigada pela sua contribuição!
Mestranda Marilene

- 1) Qual é o seu grau de Formação?
- 2) Qual é o seu tempo de atuação no magistério?
- 3) Há quanto tempo atua nesta escola?
- 4) De acordo com a ata dos resultados finais de 2019, dos alunos reprovados quantos são filhos de pais em conflitos conjugais?
- 5) Você, no decorrer do ano letivo, percebeu alguma coisa que chamou atenção no comportamento e/ou nas atitudes desses alunos? Se sim, o que?
- 6) Você acha que os conflitos conjugais dos pais interferem ou não nas interações do filho com os colegas da escola? Justifique.
- 7) Quais os problemas que enfrentou com filhos de pais em conflitos conjugais?
- 8) Qual(ais) foram sua(s) intervenção(ões) mediante os problemas apresentados por esses alunos?
- 9) Qual(ais) foram as intervenções da escola na situação do(s) aluno(s) que tem pais separados?
- 10) De que forma acontece a participação desses pais na vida escolar dos filhos? Os dois participam?
- 11) A ausência de um desses pais separados na vida escolar dos filhos gera algum tipo de problema na escola?
- 12) Você teve e/ou tem algum caso de guarda compartilhada na turma em que você leciona e/ou lecionou? Como você vê essa questão?

13) Você acha que os conflitos conjugais interferem no rendimento escolar do filho? Como?

14) Há diferença no desempenho escolar dos alunos que são filhos de pais com conflitos conjugais, em relação aos demais alunos da turma? Justifique.

14) Você acha importante que os pais com conflitos conjugais participem da vida escolar dos filhos com mais frequência, mesmo estando separados? Explique.

15) Deixe algum comentário em relação A “Influência dos conflitos conjugais no processo de ensino e aprendizagem” do(a) seu(ua) aluno(a):

APÊNDICE B – GUIA DIDÁTICO PARA PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Público-alvo: Professores e alunos das turmas do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental

APRESENTAÇÃO

Os conflitos familiares são uma realidade muito forte século XXI, sendo um grande desafio para as famílias e para a escola, professores e principalmente para os nossos alunos. Daí a necessidade de todos estarem preparados para lidar com esta problemática.

Neste contexto, a escola e os professores precisam se preparar para essa nova demanda e buscar atender seus para o seu desenvolvimento emocional contribuindo para suas interações afetivas, à vivência dos diferentes sentimentos e emoções, de maneira que possam expressar suas alegrias, tristezas, raivas e medos e, acima de tudo, sintam segurança, proteção e confiança.

Neste contexto, este produto final, é um guia didático com sugestões de orientações aplicáveis pela escola visando contribuir para melhoria dos alunos que vivem em conflitos familiares e que geralmente reflete nas relações escolares, e eles precisam estar preparados para enfrentá-los alguns conflitos e até mesmo resolvê-los. Por isso, desde cedo é possível ensiná-los a lidar com essas situações.

Assim, desejo bom proveito das mesmas!

Sucesso!

Mestranda Marilene Almeida Gomes Machado

Sugestões para professores de alunos com pais em conflitos familiares

Orientação 1 – Conhecimento sobre conflitos de pais separados: Sondar quais os alunos da classe que são filhos de pais separados.

Orientação 2 – Conhecer o histórico familiar do aluno com a finalidade de saber como trabalhar com ele: Coordenador, supervisor, diretor, podem orientá-lo no tratamento desses alunos.

Orientação 3 – Conquistar o aluno sempre com diálogo: Tratar o aluno com afetividade para que se alcance confiança do mesmo.

Orientação 4 – Estar sempre próximo do aluno nas execuções das tarefas: Indagar o aluno, sempre que necessário, sobre as dificuldades dos conteúdos que o mesmo possa ter.

Orientação 5 – Ser paciente: Ter paciência com o aluno procurando sempre auxiliá-lo nas atividades em sala de aula, de maneira gentil e afável.

Orientação 6 – Estímulos: Procurar utilizar elogios como forma de estimular o aluno a dar continuidade na execução das tarefas ou quando ele conseguir se comportar bem.

Orientação 7 – Demonstração de afeição: Promover atividades para que o aluno possa se sentir seguro e tranquilo para expressar os sentimentos e até mesmo as angústias dele. O professor poderá, inclusive, oferecer algum(ns) item(ns) para auxiliar como: desenhos, pinturas, modelagem, recortes entre outras atividades.

Orientação 8 – Ser direto e firme: Ao falar com o aluno seja objetivo, mas sempre lembre de demonstrar amor, cuidado e carinho.

Orientação 9 – Proporcionar atividades lúdicas: Propor atividades nas quais o aluno sinta prazer ao notar que está inserido na mesma.

Orientação 10 – Sugestão de leitura: Livro “Tenho duas casas”, de Cristina Von. Editora: De leitura – 2008. A obra retrata com sensibilidade um tema delicado: conflito conjugal.

Orientação 11 – Tempo para execução da tarefa: O professor deverá respeitar o tempo para o cumprimento das tarefas desse aluno, sempre atento para que isso não possa prejudicar toda classe.

Orientação 12 – Alternativa: Propor atividades por meio de jogos e brincadeiras com a finalidade de que o aluno possa interagir com os colegas em sala de aula.

Orientação 13 – Tarefas de casa: Buscar priorizar atividades para casa com a finalidade de que os pais participem da realização da tarefa com o filho.

Orientação 14 – Proporcionar entrosamento: Promover conversas dirigidas com a turma, com a finalidade de que haja um bom entrosamento entre todos os alunos.

Orientação 15 – Estimular a realização de trabalho(s) em grupo na sala de aula: Propiciar trabalhos em grupo, que possam envolver temas pertinentes e que sejam relacionados a questões como, por exemplo, o amor incondicional dos pais.

Orientação 16 – Manter-se próximo ao aluno: O aluno deverá sentar-se próximo à mesa do professor, para que este não se distraia facilmente e que isso não seja capaz de prejudicar a atenção dele nas aulas.

Orientação 17 – Diversificar métodos de ensino: Alterne métodos de ensino. Evite aulas repetitivas e monótonas. Busque planejar aulas que possam ser mais prazerosas, com doses de emoção e criatividade.

Orientação 18 – Acompanhar: O professor, sempre que possível, deve acompanhar mais de perto a situação desse(s) aluno(s) e a evolução da avaliação diagnóstica dele para que o mesmo possa receber da escola as metodologias específicas de ensino que o auxiliem.

Orientação 19 – Conversar com familiares e/ou responsáveis: Compreender melhor o que a criança vivencia em casa pode ajudar a agir na sala de aula. Conversar

regularmente com famílias ou responsáveis pode até direcionar atividades ou ações com o aluno.

Este guia didático criado com essas sugestões de orientações para os professores do Ensino Fundamental deve ser impresso e oferecido aos educadores que lecionam no município de Presidente Kennedy.

Figura 1 – Guia didático para impressão (capa)

<p>Orientação 14 – Proporcionar entrosamento:</p> <p>Promover conversas dirigidas com a turma, com a finalidade de que haja um bom entrosamento entre todos os alunos.</p>	<p>Orientação 18 – Acompanhar:</p> <p>O professor, sempre que possível, deve acompanhar mais de perto a situação desse(s) aluno(s) e a evolução da avaliação diagnóstica dele para que o mesmo possa receber da escola as metodologias específicas de ensino que o auxiliem.</p>	<p>GUIA DIDÁTICO: SUGESTÕES PARA PROFESSORES DE ALUNOS COM PAIS EM CONFLITOS FAMILIARES</p>  <p>Por Marilene Almeida Gomes Machado (Mestre em Ciências, Tecnologia e Educação)</p> <p>A influência dos conflitos conjugais no processo de ensino e aprendizagem da criança nas séries iniciais</p> <p>2020</p>
<p>Orientação 15 – Estimular a realização de trabalho(s) em grupo na sala de aula:</p> <p>Propiciar trabalhos em grupo, que possam envolver temas pertinentes e que sejam relacionados a questões como, por exemplo, o amor incondicional dos pais.</p>	<p>Orientação 19 – Conversar com familiares e/ou responsáveis:</p> <p>Compreender melhor o que a criança vivencia em casa pode ajudar a agir na sala de aula. Conversar regularmente com famílias ou responsáveis pode até direcionar atividades ou ações com o aluno.</p>	
<p>Orientação 16 – Manter-se próximo ao aluno:</p> <p>O aluno deverá sentar-se próximo à mesa do professor, para que este não se distraia facilmente e que isso não seja capaz de prejudicar a atenção dele nas aulas.</p>	<p>REFERÊNCIAS</p> <p>GARCIA, Regina Leite. Novos olhares sobre a alfabetização. Editora: Cortez. 2001.</p> <p>PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed. 2000.</p> <p>SILVA, Marcio Eduardo da. Como fazer a abordagem pedagógica de alunos com dificuldade de aprendizagem? Diversa Educação Inclusiva na prática. 2018.</p> <p>APOIO</p> 	

Fonte: Material produzido pela pesquisadora (2020).

Figura 2 – Guia didático para impressão (interior)

<p>Orientação 1 – Conhecimento sobre conflitos de pais separados:</p> <p>Sondar quais os alunos da classe que são filhos de pais separados.</p>	<p>Orientação 6 – Estimulos:</p> <p>Procurar utilizar elogios como forma de estimular o aluno a dar continuidade na execução das tarefas ou quando ele conseguir se comportar bem.</p>	<p>Orientação 9 - Proporcionar atividades lúdicas:</p> <p>Propor atividades nas quais o aluno sinta prazer ao notar que está inserido na mesma.</p>
<p>Orientação 2 – Conhecer o histórico familiar do aluno com a finalidade de saber como trabalhar com ele:</p> <p>Coordenador, supervisor, diretor, podem orientá-lo no tratamento desses alunos.</p>		<p>Orientação 10 – Sugestão de leitura:</p> <p>Livro “Tenho duas casas”, de Cristina Von. Editora: De leitura – 2008. A obra retrata com sensibilidade um tema delicado: conflito conjugal.</p>
<p>Orientação 3 – Conquistar o aluno sempre com diálogo:</p> <p>Trabalhar o aluno com afetividade para que se alcance confiança do mesmo.</p>	<p>Orientação 7 – Demonstração de afeição:</p> <p>Promover atividades para que o aluno possa se sentir seguro e tranquilo para expressar os sentimentos e até mesmo as angústias dele. O professor poderá, inclusive, oferecer algum(ns) item(ns) para auxiliar como: desenhos, pinturas, modelagem, recortes entre outras atividades.</p>	<p>Orientação 11 - Tempo para execução da tarefa:</p> <p>O professor deverá respeitar o tempo para o cumprimento das tarefas desse aluno, sempre atento para que isso não possa prejudicar toda classe.</p>
<p>Orientação 4 – Estar sempre próximo do aluno nas execuções das tarefas:</p> <p>Indagar o aluno, sempre que necessário, sobre as dificuldades dos conteúdos que o mesmo possa ter.</p>	<p>Orientação 8 – Ser direto e firme:</p> <p>Ao falar com o aluno seja objetivo, mas sempre lembre de demonstrar amor, cuidado e carinho.</p>	<p>Orientação 12 - Alternativa:</p> <p>Propor atividades por meio de jogos e brincadeiras com a finalidade de que o aluno possa interagir com os colegas em sala de aula.</p>
<p>Orientação 5 – Ser paciente:</p> <p>Ter paciência com o aluno procurando sempre auxiliá-lo nas atividades em sala de aula, de maneira gentil e afável.</p>		<p>Orientação 13 – Tarefas de casa:</p> <p>Buscar priorizar atividades para casa com a finalidade de que os pais participem da realização da tarefa com o filho.</p>

Fonte: Material produzido pela pesquisadora (2020).

ANEXOS

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DE PRESIDENTE KENNEDY



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPIRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

Secretaria Municipal de Educação
Presidente Kennedy - ES
Tel.: 28 - 3535 - 1954

Eu, **FÁTIMA AGRIZZI CECCON**, Secretária Municipal de Educação de Presidente Kennedy, autorizo a pesquisadora **MARILENE ALMEIDA GOMES MACHADO**, aluna do curso de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré, realizar sua pesquisa de estudo do trabalho de dissertação na E.M.E.I.E.F. de Jaqueira "Bery Barreto de Araujo" onde buscará informações para descrever sobre o tema: **"A Influência dos Conflitos Conjugais no Processo de Ensino Aprendizagem"**. Estou ciente de que a pesquisa será realizada para cumprimento de exigência da conclusão do curso.

A pesquisadora, após defesa da dissertação fica a incumbência de entregar na Secretaria Municipal de Educação de Presidente Kennedy uma cópia do seu trabalho de pesquisa aprovado pela instituição.

Presidente Kennedy/ES, 07 de janeiro de 2020.


Secretária Municipal de Educação
Fátima Agrizzi Cecon
Decreto Nº 189/2019

Fátima Agrizzi Cecon
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 189/2019

RUA ÁTILA VIVACQUA, N.º 79- CENTRO - PRESIDENTE KENNEDY- ESPÍRITO SANTO
CEP 29.350-000 - FONE (28) 3535-1954

Para realizar esta pesquisa foi necessário pedir autorização para a representante pública da Secretaria Municipal de Educação, Fátima Agrizzi Cecon, que responde pela escola de Presidente Kennedy.

ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DA DIRETORA DA ESOLA EM QUE A PESQUISA FOI REALIZADA

	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY RUA ATILA VIVACQUA, 79 - CENTRO - PRESIDENTE KENNEDY - ES - 29350-000 - (28)35351363	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY EMEIEF DE JAQUEIRA "BERY BARRETO DE ARAÚJO" ATO DE CRIAÇÃO PORT. E. N. 3763 DE 26/11/75 - 1308 ATO DE APROVAÇÃO RES. DO C. E. E. N. 4178 DE 26/11/75 - 1308 ATO DE APROVAÇÃO RES. DO C. E. E. N. 3738 DE 09/05/85 - 1308
EMEIEF DE JAQUEIRA "BERY BARRETO DE ARAÚJO" JAQUEIRA, S/Nº - CENTRO - PRESIDENTE KENNEDY - ES - 29350-000 - (28)35353033 - epgjaqueira@hotmail.com		
Nome da Escola: EMEIEF DE JAQUEIRA "BERY BARRETO DE ARAÚJO" Endereço: RUA PROJETADA - JAQUEIRA - PRESIDENTE KENNEDY - ES Email: epgjaqueira@hotmail.com Ato de Criação: Ato de Aprovação:		Telefone: (28)35353033 Data: Data:
Presidente Kennedy, 10 de Outubro de 2019.		
AUTORIZAÇÃO,		
<p>Eu, Fabiula de Carvalho Barreto, Diretora da EMEIEF de Jaqueira "Bery Barreto de Araújo" autorizo a realização de pesquisa de estudo com o objetivo de desenvolver trabalho de Mestrado, a ser conduzido pela pesquisadora Marilene Almeida Gomes Machado, da Faculdade Vale do Cricaré, curso de Mestrado Profissional em Ciências, Tecnologia e Educação.</p>		
<p>Declaro também, que fui informada pela responsável do estudo sobre o objetivo da pesquisa que serão realizadas na instituição de ensino a qual represento. Estou ciente de que a pesquisa será realizada para cumprimento de exigência da conclusão do curso.</p>		
 <hr/> FABIULA DE CARVALHO BARRETO DIRETORA ESCOLAR Aut. Nº 0023/2019 <i>Fabiula de Carvalho Barreto</i> Diretora Escolar DECRETO Nº 0054/2019		

Também foi necessário solicitar a autorização da atual diretora da EMEIEF de Jaqueira "Bery Barreto de Araújo", Fabiula de Carvalho Barreto, para a realização desta pesquisa de mestrado.